

filantropia & gestão social



Brasil – Edição 51 – Mar./Abr. – 2011

Ponto de Vista

Diretor do Sescon-SP fala sobre a implantação das normas contábeis internacionais no Brasil

Administração

Sistema HomologNet oferecem mais segurança ao empregado e ao empregador

DataFilantropia

Negócios inclusivos trazem benefícios para a sociedade e o meio ambiente

Desastres naturais pedem ações de governos, ONGs e iniciativa privada

SOLIDARIEDADE EM MEIO AO CAOS

Valter Campanato/Abr

Maestro fala sobre sua trajetória e a importância da música no desenvolvimento das crianças e jovens em situação de risco

Entrevista
João Carlos Martins





Sérgio Quintanilha, 45 anos, tem deficiência intelectual.

Demorei 3 anos
para dar meu
primeiro mergulho.



Sérgio descobriu na APAE DE SÃO PAULO uma paixão que mudou sua vida: a natação. Mas hoje suas melhores braçadas não são dentro d'água, são na vida. Sérgio faz de tudo. Vai à feira, canta, dança, faz artesanato e até entende de informática. Um campeão com uma história que serve de inspiração para todos nós.

Todo homem nasceu para brilhar. E o Sérgio também.

APAE DE SÃO PAULO | 50 ANOS

www.eutambemnasciparabrilhar.org.br

Sumário



04

Entrevista

João Carlos Martins

Por meio da música, maestro transforma vidas de crianças e jovens em situação de risco



16

Contabilidade

Certificação

Reflexos dos controles na manutenção do certificado de entidade beneficente



34

Capa

Desastres naturais

Eventos climáticos extremos assolam o mundo e requerem ações de todas as esferas da sociedade: Primeiro, Segundo e Terceiro Setores



50

Meio Ambiente

Água

Gestão do uso da água no Brasil ainda destaca desigualdades sociais entre as regiões

Acontece	08
Ponto de Vista	14
Captação de Recursos	19
Voluntariado	21
Administração	25
Legislação	28
Especial	41

Sustentabilidade	46
Case Empresarial	53
DataFilantropia	56
Serviços	58
Reflexão	62
Geração de Renda	64

REVISTA
filantropia
& gestão social

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br
Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br
Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br
Tel. (11) 2978-6686



Zeppelin Editorial Ltda.
Rua Bela Cintra, 178
CEP 01415-000
São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)
Redação
Thais Iannarelli (MTB 46.415/SP)
Juliana Fernandes
Paula Craveiro
Arte
Cristiane Gonçalves Cabral
Daniel Gallo
Luciana Silva Rodrigues
Rafael Tadeu Sarto
Rodolfo Daufembach Lucas
Ruben Moreira da Silva
Edição
Ana Maria Tomasevich
Karina Watanabe
Luciana Vaz Cemeira

Atendimento
Ana Luisa Morais do Nascimento
Carolina Evangelista Vieira
Juliana Moraes Barbosa Leal
Gestão Social
Juliana Fernandes
Maurício Dias Lopes
Rogério Ramos Costa
Thais Iannarelli
Administração
Mauro Zeppelini
Raquel Siqueira Gomes
Stefany Martins
William Pires
Comercial
Hilton Rocha da Justa
Marilisa Freitas

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasioli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anisia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Eduardo Sabo
Felipe Mello
Fernando Credidio
Livio Giosa
Marcelo Estraviz
Miliú Villela
Roberto Ravagnani
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



Editorial

Bomba-Relógio

Se abrimos cada exemplar de revistas diversas em uma banca de jornal, nove em cada dez trará alguma matéria ou artigo dando dicas e receitas de como viver mais ou como obter maior qualidade de vida. A incessante busca pela longevidade é algo que a humanidade trabalha há séculos, e paga caro por isso.

Mas, a cada dia que passa, mais me dá a sensação de que vivemos em cima de uma bomba-relógio.

Japão, 11 de março de 2011. Quando tudo estava em absoluta paz e ordem, poucos minutos foram suficientes para testar os limites da paciência oriental e trazer um clima de desolação ao restante do mundo.

A pergunta: **Por quê?** A resposta: **Troco do descaso humano com o planeta.**

Brasil, 7 de abril de 2011. Um psicopata entra em uma escola carioca e, a sangue frio, puxa o gatilho na direção daqueles que faziam parte de nosso futuro, de nossa esperança. A pergunta: **Por quê?** A resposta: **Troco da intolerância entre nós, semelhantes.**

A força de um tsunami devastador, levando consigo o que encontra pela frente, é comparável à do atirador, que levou com ele os meninos e meninas que viu pela frente – sem saber nome, idade, sonhos ou medos. Simplesmente porque estavam ali, e ele, com “arbitrio divino” – como o do tsunami – resolveu levá-las.

O Brasil não tem histórico de ações semelhantes, mas esse pode ser o preço de termos entrado no mundo dos mais abastados, com direito a poder aquisitivo de alimentos, saúde, moradia e... armas! No mundo dos incluídos social e digitalmente, dos que têm acesso à cultura e também às perniciosidades do mundo contemporâneo.

Em que esquina explodirá a próxima nitroglicerina? Em que canto do mundo a Terra vai se encolerizar de nossas ações e mandar novo “aviso”? Pode ser aqui, próximo de mim, ou aí ao seu lado...

Que se protejam nossos filhos, para que não sejam o próximo alvo.

Prossigamos nossa jornada, dia a dia, estudando nas páginas das revistas baratas da banca de jornal como adquirir alguns anos a mais de vida para que possamos aproveitar tudo de bom que o mundo nos oferece – sem falsa demagogia. E oremos para que as bombas-relógio sejam, ao menos, premeditadas.

Em sinal de luto pelas vítimas dessas últimas “explosões”, uma tarja preta revestirá todas as páginas desta revista.


Até breve.

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br



Darida Simões de Souza e Michele Araújo Carvalho

Obra realizada por Darida Simões de Souza e Michele Araújo Carvalho, durante oficina de arte promovida pela artista plástica Sara Belz, na Associação para o Desenvolvimento, Educação e Recuperação do Excepcional.

 Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Idealizadores



Parceiros Institucionais



www.revistafilantropia.com.br



Bravo, bravíssimo!

Homenageado da escola de samba Vai-Vai, campeã do carnaval de São Paulo em 2011, maestro João Carlos Martins ensina jovens a descobrirem uma nova realidade por meio da música

Por Juliana Fernandes



Considerado um dos maiores pianistas do Brasil, João Carlos Martins iniciou sua trajetória musical aos 13 anos de idade. Mas aos 26, no auge de sua carreira, sofreu um acidente e começou a enfrentar diversos problemas de saúde que, mais tarde, paralisaram o movimento de suas mãos. Superando todos os obstáculos, principalmente por seu amor à música, decidiu aprender regência e ser maestro. Atualmente, Martins está à frente da Orquestra Filarmônica Bachiana Sesi-SP – projeto que prevê a inclusão social de jovens carentes.

Além da iniciativa, ele também se dedica à Fundação Bachiana Filarmônica, que dá aulas de iniciação à música para 1,5 mil crianças e jovens em comunidades de São Paulo e Cariacica, no Espírito Santo. “O intuito é formar não só o músico, mas também o cidadão”, enfatiza o maestro que, aos 70 anos de idade, participa efetivamente do projeto.

Em entrevista à Revista Filantropia, o homenageado da escola de samba Vai-Vai – campeã do carnaval paulista 2011 – conta como a música pode ser um poderoso instrumento para a inclusão social. ▶



Revista Filantropia: Como foi a experiência de ter a sua vida contada em um enredo de escola de samba?

João Carlos Martins: A Vai-Vai, quando me convidou, disse que eu seria uma lição de vida para a comunidade. A minha reação foi de agradecimento, mas eu não queria prejudicá-los trazendo a música clássica para a avenida, porque talvez isso não tivesse o apelo necessário para quem quer ganhar o carnaval. Aí, minha primeira resposta foi não. Mas conversei com um amigo e ele falou: “Você está louco. O carnaval precisa de emoção”. Chamei a diretoria e, em vez de falar que não aceitava o convite, eu disse: “Rumo ao 14º campeonato!”. Eu acompanhei os ensaios, a escolha do samba e sempre procurava estar com a comunidade.

RF: Atualmente, o senhor realiza um importante trabalho social na Orquestra Filarmônica Bachiana, mantida pelo Sesi. Como funciona o projeto?

JCM: Esse trabalho é realizado em várias unidades, como Paraisópolis, Ermelino Matarazzo, Osasco, Suzano, Guarulhos, Votuporanga, e Cariacica, no Espírito Santo. Hoje, no total, são 1,5 mil crianças atendidas, e o intuito é formar não só o músico, mas também o cidadão. Então, eu tenho me dedicado profundamente a isso e, de vez em quando, encontro diamantes, que vou lapidando.

RF: Em uma entrevista, o senhor declarou que todos os dias têm de resgatar alguém. Qual é o papel da música nesse “resgate”?

JCM: A música está em primeiro lugar na inclusão social, ultrapassando inclusive o esporte. Porque no esporte você tem a disputa, a competição, e na música não. Ela tem uma

mensagem de amor para transmitir. Através dela você vai mostrando para as pessoas um caminho bem distante do caminho das drogas, do crime e da falta de respeito com a sua própria pátria. A música tem sido, para mim, um instrumento multiplicador de pessoas do bem e de descoberta de novos diamantes.

RF: Então o senhor deve ter conhecido muitas histórias e exemplos de superação.

JCM: Sim. Por exemplo, a história de um menino da Fundação Casa. Eu tinha ido fazer uma palestra lá e o pai dele veio me falar que o jovem estava em liberdade, mas pediu para ficar preso por mais três dias só para dizer obrigado. Na mesma Fundação Casa, uns jovens deixaram no Natal uma carta dizendo: “Maestro, a música venceu o crime”. Então, fatos como esses eu tenho centenas.

RF: O senhor tem consciência de que sua história de vida é exemplo para outras pessoas?

JCM: A conscientização que eu tenho é que, na minha vida, tive altos e baixos, erros e acertos. Mas, aos 64 anos, falei: ‘vou deixar um legado através da música’, e foi aí que comecei minha luta. Do mesmo jeito que eu vou fazer um concerto em Paraisópolis, vou para o Carnegie Hall. O amor que eu dedico é o mesmo, e isso vai se espalhando. Acho que ganhei quando falei para mim mesmo: “vou conseguir excelência musical na regência e vou assumir minha responsabilidade social”. Decidi deixar uma mensagem forte para as outras gerações e, graças a Deus, o trabalho está crescendo.

RF: Quais são seus projetos futuros para a área social?

JCM: Estou querendo ampliar o projeto que tenho na cidade de São Paulo para outros Estados. O meu trabalho é com as pessoas mais carentes. Em dez anos quero formar mil orquestras jovens no Brasil.

RF: Qual é a sua opinião sobre o Terceiro Setor no Brasil?

JCM: Eu acho que a própria sociedade já separou aquelas que fazem um trabalho sério daquelas que talvez não tenham conseguido atingir seus objetivos. Então, todas essas ONGs estão atravessando um pântano para alcançar a outra margem e poder trazer muitas outras. Eu acredito que é um Brasil diferente, cada vez mais consciente da responsabilidade social, e algumas, como o Instituto Ayrton Senna, a APAE e a AACD já atingiram essa margem. 🍷

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade





Antônio Cruz/ABr

A presidenta Dilma Rousseff durante cerimônia de anúncio sobre a distribuição gratuita de medicamentos

Programa Aqui Tem Farmácia Popular

A presidente Dilma Rousseff anunciou o início da distribuição gratuita de medicamentos contra hipertensão e diabetes por meio do programa Aqui Tem Farmácia Popular. Com a medida, o governo federal espera beneficiar mensalmente cerca de 960 mil hipertensos e diabéticos cadastrados no programa. Os medicamentos podem ser adquiridos na rede de farmácias mediante apresentação de um documento com foto, CPF e receita médica. O programa está presente em 2,5 mil municípios e tem como objetivo oferecer medicamentos essenciais a um baixo custo para a população. São disponibilizados 24 tipos de remédios para hipertensão, diabetes, asma, rinite, mal de Parkinson, osteoporose e glaucoma, além de fraldas geriátricas.

www.saude.gov.br



Wilson Dias/ABr

Alunos da Escola Classe da 206 Sul, em Brasília, aprendem sobre a importância de cuidar bem dos livros didáticos

FNDE repõe livros nas escolas públicas

Todos os anos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) precisa repor em torno de 16% das publicações compradas para serem distribuídas a alunos do ensino fundamental e médio das escolas públicas do país. De acordo com a coordenadora-geral dos Programas do Livro, Sonia Schwartz, o índice está dentro do esperado e nunca será "zerado". Ainda assim, representa um gasto anual de R\$ 87 milhões. Os materiais comprados pelo MEC e distribuídos às unidades de ensino têm durabilidade prevista de três anos. A exceção são os exemplares destinados aos alunos do 1º ano do ensino fundamental para alfabetização, que são "consumíveis", conforme explica Schwartz.

www.fnde.gov.br



Renato Aguiar/ABr

A Lei Maria da Penha tornou mais rígida e efetiva a punição a quem pratica alguma agressão contra mulheres

Exposição sobre os cinco anos da Lei Maria da Penha

A Câmara dos Deputados inaugurou uma exposição sobre os cinco anos da Lei Maria da Penha (11.340/06), que tornou mais rígida e efetiva a punição a quem pratica alguma agressão contra mulheres. São fotos, textos, vídeos e documentos que traçam um histórico das conquistas das mulheres no Brasil e apresentam o que está sendo feito desde a promulgação da lei. Promovida pelo Museu da Câmara, a exposição fez parte das homenagens da Casa ao Dia Internacional da Mulher. O chefe do Museu da Câmara, Casimiro Neto, explica que a mostra deste ano foi a 11ª realizada pelo órgão em homenagem às mulheres. "A cada período, discutimos e avaliamos qual será o tema abordado", declara Casimiro.

www.camara.gov.br



Fabio Prozac/om

O ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, participa da cerimônia de lançamento das novas certidões

Nova Certidão de Nascimento

O Diário Oficial da União publicou o novo modelo de certidões de nascimento, casamento e óbito. O documento será emitido em papel especial, com marca d'água e outros itens de segurança. Entre eles, a palavra "autêntico" estampada ao fundo, que será visível apenas sob luz ultravioleta. O papel será fornecido pela Casa da Moeda com a finalidade de evitar fraudes e falsificações. A iniciativa é resultado de uma parceria firmada entre a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministério da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos e a Casa da Moeda do Brasil. O projeto vai permitir mais segurança por parte dos órgãos de controle, e também evitar fraudes.

www.cnj.jus.br



A ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), apresenta a agenda com o Plano Estratégico da SDH para os próximos anos

Governo vai priorizar direitos humanos na política externa

A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) vai atuar fortemente na política externa brasileira, no resgate histórico dos fatos ocorridos durante a ditadura militar e no combate à tortura. As diretrizes traçadas para os próximos quatro anos foram apresentadas pela ministra Maria do Rosário em reunião com os treze colegiados coordenados pela SDH. A secretaria trata de temas relacionados a crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, erradicação do trabalho escravo, entre outros. Segundo Maria do Rosário, desde o ano passado a pasta assumiu duas novas atribuições: a política nacional sobre população de rua e a política nacional de direitos humanos e saúde mental.

www.direitoshumanos.gov.br



Reunião conjunta sobre a situação do trabalho escravo no Brasil

Programa qualifica pessoas submetidas ao trabalho escravo

De 2005 a 2010, 17.456 pessoas que trabalhavam em condições degradantes, semelhantes à escravidão, foram libertadas em todo o país pelos grupos móveis de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O número indica que, apesar dos esforços, o Brasil ainda está longe de resolver o problema do trabalho escravo. Para tentar reduzir a reincidência, a Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete) lançou um programa de qualificação profissional e reinserção no mercado de trabalho. O primeiro Estado a implementar a experiência será o Maranhão. De acordo com a coordenadoria, a intenção é que o programa esteja em funcionamento em todo o país até o final deste ano.

www.pgt.mpt.gov.br

Governo concede aumento ao Bolsa Família

A presidente Dilma Rousseff anunciou em Irecê, na Bahia, o aumento de recursos e adequações ao Programa Bolsa Família, com o objetivo de fortalecer o combate à pobreza extrema no Brasil. Com o reajuste, o benefício médio atual, de R\$ 96, subirá para R\$ 115. “Essa diferença significa mais comida na mesa da população pobre do país. Melhorar a alimentação fortalece a capacidade de desenvolvimento de nossas crianças e jovens”, disse a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. Além de assegurar o poder de compra dos beneficiários, o governo concentrou o reajuste para os valores pagos na faixa etária de 0 a 15 anos, que tiveram um aumento de 45,5%.

www.mds.gov.br/bolsafamilia

Caixa assina acordos de subvenção para inclusão social

A Caixa Econômica Federal assinou o último dos 74 acordos de subvenção com as entidades sociais selecionadas por edital público, a partir da parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A ação viabilizará o apoio financeiro a projetos voltados para comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental. Com a assinatura, a Caixa passará a acompanhar a implementação dos planos de ação dos projetos selecionados, que deverão contribuir para um desenvolvimento regional sustentável. A intenção é acelerar a redução das desigualdades sociais, proporcionando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

www.caixa.gov.br

MinC divulga manual sobre implementação de praças do PAC

O Ministério da Cultura (MinC) divulgou um manual técnico para a implementação das praças do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos municípios que foram selecionados. As Praças do PAC são centros inovadores de cultura, esporte, lazer, cidadania e inclusão digital em territórios de baixa renda e vulnerabilidade social. As áreas escolhidas contarão com cineteatros, bibliotecas, telecentros, quadras poliesportivas cobertas, Centros de Referência de Assistência Social (Cras), salas multiuso, espaços infantis, pistas de skate, entre outros benefícios. O objetivo é reverter o baixo número de equipamentos culturais em áreas carentes, especialmente em regiões metropolitanas e nas cidades de pequeno e médio porte.

www.cultura.gov.br

Ministra dos Direitos Humanos lança selo contra a homofobia

O primeiro selo Brasil Território Livre da Homofobia, que pretende divulgar o serviço de denúncias de violência contra homossexuais, foi lançado pela ministra da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, com a participação da senadora Marta Suplicy e do secretário de Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo, José Gregory. Além de divulgar o telefone contra a violação dos direitos humanos, o selo também servirá para que se faça um levantamento sobre os casos de violência, a fim de auxiliar a implantação de políticas públicas voltadas para essa população. Segundo a ministra, é importante que as pessoas não tenham medo de denunciar um ato violento contra os homossexuais.

www.direitoshumanos.gov.br



Campanha pretende incentivar o hábito da leitura

Itaú mobiliza sociedade em campanha de incentivo à leitura

O banco Itaú promove uma campanha nacional de incentivo à leitura para crianças com até seis anos de idade. Pais, educadores, voluntários de instituições sociais e demais pessoas que aderirem à mobilização têm acesso gratuito a kits com quatro livros de histórias infantis, um folheto com dicas para contar histórias e um adesivo para ajudar a disseminar a ideia. Segundo o vice-presidente da Fundação Itaú Social, Antonio Jacinto Matias, o objetivo da campanha é mobilizar a sociedade para um gesto que contribua para o pleno desenvolvimento das crianças. A iniciativa é desenvolvida com o suporte da Fundação Itaú Social, responsável pelo investimento social da empresa.

www.itaubr.com.br/lerfazcrescer



A atriz Irene Ravache é a protagonista da campanha

Campanha da Tetra Pak incentiva a reciclagem

Com o objetivo de conscientizar os consumidores sobre a importância da separação dos resíduos para a reciclagem, a Tetra Pak investiu R\$ 2 milhões em sua nova campanha. Segundo Elisa Prado, diretora de comunicação da Tetra Pak, a empresa acredita na ação transformadora da sociedade e tem focado todos os seus esforços na disseminação da mensagem da importância da reciclagem e da coleta seletiva. “Acredito que a combinação do entretenimento com a informação é uma maneira eficaz de conscientizar e mudar os hábitos da população”, afirma Elisa. Atualmente, 25% de todas as embalagens longa vida são recicladas. A expectativa da empresa é que, até 2014, esse montante chegue a 40%.

www.tetrapak.com.br



Governador da Bahia, Jaques Wagner, durante o evento Barba do Bem da P&G Brasil

P&G do Brasil e Gillette promovem ação social

A P&G do Brasil, por meio da sua marca Gillette, promoveu a ação social Barba do Bem. O evento aconteceu durante a realização do Brasil Open – Bahia 2011, em Salvador. O público presente e os tenistas da competição foram os principais protagonistas da iniciativa ao lado da Gillette. No seu estande, a cada barba feita, a marca doou R\$ 50, e no caso das celebridades e esportistas, R\$ 500. Todo o valor arrecadado foi destinado para a ONG United Way. A organização é parceira mundial da P&G que, por meio do programa global Viver, Aprender e Prosperar, atua para melhorar a vida de crianças entre 0 a 13 anos que estejam em situações consideradas inadequadas.

www.pg.com/pt_BR



Representantes da Volkswagen e da Secretaria de Educação de Resende durante assinatura do acordo

Fundação Volkswagen investe em programa escolar

A Fundação Volkswagen e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Resende (RJ), lançaram o programa Aceleração da Aprendizagem no município. O trabalho será realizado em 16 escolas da rede municipal de ensino, com a criação de 24 classes de aceleração para atender cerca de 500 estudantes em distorção idade/série do 2º ao 4º ano do ensino fundamental. Não é a primeira vez que a Fundação Volkswagen investe em projetos de educação em Resende. Entre 2005 e 2008, a entidade ofereceu formação para cerca de 300 educadores, beneficiando mais de 30 mil estudantes da rede pública de ensino.

www.vwbr.com.br/fundacaovw



Projeto Tamar, uma das ações sustentáveis desenvolvidas pela Petrobras



Camarote projetado com materiais ecologicamente corretos

Petrobras está entre as 100 mais sustentáveis do mundo

De acordo com a 7ª edição do *ranking* Global 100, elaborado pela revista *Corporate Knights* (publicação canadense especializada em responsabilidade social e desenvolvimento sustentável), a Petrobras está, pelo segundo ano consecutivo, entre as 100 empresas mais sustentáveis do mundo. No total, foram analisadas 3,5 mil companhias de 24 países e de todos os setores da economia. Entre os quesitos avaliados estavam: indicadores ambientais, sociais e de governança, como uso de energia, destinação de resíduos, emissões de CO₂ e transparência. A Petrobras subiu 12 posições em relação ao *ranking* do ano passado, e ficou em 88º lugar, figurando mais uma vez entre as três empresas brasileiras da lista, junto com a Natura (66ª) e o Bradesco (91ª).

www.petrobras.com.br

Coca-Cola Brasil realiza ações sustentáveis no Carnaval

Este ano, a Coca-Cola Brasil marcou presença no Carnaval com a campanha: *Reciclagem. Nosso enredo o ano inteiro*. Cerca de 70 catadores participaram da coleta seletiva, realizada junto com a Riotur, Liesa e Comlurb, no sambódromo carioca. Toda a renda obtida com a venda do material foi destinada aos próprios catadores. Já em seu camarote, a empresa reforçou seu compromisso com a sustentabilidade, trazendo um projeto arquitetônico composto por materiais ecologicamente corretos. A iniciativa seguiu os princípios da plataforma Viva Positivamente, lançada pela Coca-Cola Brasil com o objetivo de reunir princípios, valores e áreas de atuação prioritárias para que sua operação continue avançando de forma sustentável.

www.cocacolabrasil.com.br

Pacto Global LEAD

A Organização das Nações Unidas lançou um novo Modelo de Liderança em Sustentabilidade Corporativa – o Pacto Global LEAD (United Nation Global Pact LEAD). A cerimônia de lançamento aconteceu em Davos, na Suíça, durante o Fórum Econômico Mundial. A iniciativa contará com o apoio de aproximadamente 50 empresas, que terão o objetivo de implementar ações para alcançar uma melhor sustentabilidade corporativa. Os participantes também se comprometeram a compartilhar os resultados e os aprendizados, de forma local e global. Na ocasião, estiveram presentes o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e outros CEOs de importantes empresas internacionais.

www.unglobalcompact.org

Projeto da Bayer beneficia APAE

A Bayer Saúde Animal, em parceria com a Cooperativa Piá, realizou mais uma doação referente ao projeto Muito Leite, Muita Alegria. Dessa vez, a instituição beneficiada foi a APAE de Nova Petrópolis/RS que, em fevereiro, recebeu 1.360 litros de leite, quantidade relativa a 3% do valor vendido de produtos da linha veterinária da Bayer. Estiveram presentes no evento o representante técnico de vendas da empresa, Júlio César Martino, representantes do departamento de marketing da cooperativa e o presidente, Victor Grings, além dos alunos, professores, funcionários e a diretoria da APAE. “Essa quantidade de leite doada auxiliará a APAE nas suas refeições, provavelmente, até o mês de outubro”, disse o presidente da instituição, Zelízio dos Santos.

www.bayersaudeanimal.com.br

Drogaria São Paulo recolhe lixo eletrônico

A Drogaria São Paulo comemora novos números da campanha de arrecadação de pilhas e baterias usadas. Desde 2004, mais de 100 toneladas de lixo eletrônico deixaram de contaminar o meio ambiente. Para estimular ainda mais a população, a rede adotou a distribuição de pequenas caixas, os mini cata-pilhas. Os clientes podem retirar o recipiente na loja, usar em casa e devolver com os detritos. A Drogaria São Paulo se responsabiliza pelo destino correto e reciclagem. “Estamos muito contentes com a evolução da campanha, e nossa meta é que esse número cresça cada dia mais em 2011. Por isso, acreditamos e investimos nessa iniciativa para disseminar valores sustentáveis e incentivar o descarte consciente”, comenta o diretor de Marketing, André Elias.

www.drogariasao paulo.com.br

Programa Nestlé de Transformação de Embalagens

A unidade de chocolates da Nestlé, em parceria com a TerraCycle – líder global na coleta e reuso de resíduos pós-consumo, lançou um programa de coleta que permitirá a transformação de milhares de embalagens de chocolates descartadas em produtos que substituem parte da matéria-prima virgem em sua fabricação. A ação incentiva a coleta de embalagens de chocolates no pós-consumo, independentemente do tamanho e da marca. O objetivo é dar um destino sustentável a esses materiais, permitindo que sejam reaproveitados como insumo para a fabricação de novos produtos, como bolsas, sacolas, mochilas e estojos, a serem comercializados pela TerraCycle no próprio site da empresa e em lojas da rede Wal-Mart.

www.nestle.com.br



Produção de livros em Braille na Fundação Dorina Nowill

Fundação Dorina Nowill para Cegos completa 65 anos

Fundada em 11 de março de 1946, a Fundação Dorina Nowill para Cegos é hoje uma instituição reconhecida pela qualidade de seus livros em Braille. Sua história começou a se delinear quando Dorina de Gouvêa Nowill, cega aos 17 anos, sentiu a enorme carência de obras em Braille no Brasil. Hoje, 65 anos depois do início de suas atividades, a instituição possui uma das maiores impressoras Braille do mundo, em capacidade produtiva. O mais recente lançamento da instituição são os livros digitais acessíveis no formato Daisy, reconhecido mundialmente como o recurso mais moderno em acessibilidade de leitura, atendendo às necessidades dos deficientes visuais em seus estudos e pesquisas.

www.fundacaodorina.org.br



A organização é referência nacional e internacional no atendimento de deficientes intelectuais

Apae de São Paulo completa 50 anos

A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de São Paulo completou 50 anos de atuação em abril. A organização tornou-se referência na prevenção e na melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual. Um grande exemplo relacionado à prevenção foi a introdução do Teste do Pezinho no Brasil e a posterior luta por sua obrigatoriedade. Atualmente, a Apae de São Paulo é responsável pelo diagnóstico e encaminhamento de 50% dos testes realizados no Estado. Uma das missões da entidade é prover condições dignas de atendimento e apoio a famílias e atendidos, a fim de restituir a autonomia do indivíduo.

www.apaesp.org.br



Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, durante evento realizado no INCA

Organizações de 120 países se mobilizam no Dia Mundial do Câncer

O Dia Mundial do Câncer, celebrado em 4 de fevereiro, teve neste ano uma pauta ampla: mobilizar as 400 organizações espalhadas em 120 países, representados na União Internacional para o Controle do Câncer. O objetivo do evento foi combater o efeito considerado "catastrófico" das doenças crônicas não-transmissíveis sobre as populações e os sistemas públicos de saúde. Só no Brasil, o câncer, a diabetes e as doenças cardiovasculares e respiratórias consomem mais de 70% dos gastos assistenciais do Sistema Único de Saúde (SUS) e respondem por 67% das mortes registradas no país. Os dados são do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Câncer (Inca).

www.uicc.org



Os debatedores Ricardo Abramovay, Sérgio Besserman Vianna e Ricardo Arnt durante lançamento da Plataforma

Instituto Ethos e Alcoa lançam plataforma econômica sustentável

O Instituto Ethos, em parceria com a Alcoa, a CPFL, a Natura, a Suzano, a Vale, o Walmart e a Roland Berger, lançou a Plataforma por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável. O projeto reúne um conjunto de ideias e propostas que o instituto e as parceiras institucionais vêm desenvolvendo ao longo dos últimos anos. O objetivo é estimular as empresas e o Brasil a promoverem a transição para uma economia inclusiva, verde e responsável. Durante o lançamento, os CEOs das empresas que contribuíram para a construção da plataforma deram depoimentos sobre o projeto. Em seguida, ocorreu um debate sobre os principais elementos de uma agenda que permita o avanço para a nova economia.

www.ethos.org.br



Formatura dos alunos do projeto Geração Aprendiz

Projeto Geração Aprendiz forma jovens em Suzano

A Fundação Orsa e a Prefeitura Municipal de Suzano realizaram, no Teatro Municipal de Suzano, a formatura dos 100 primeiros alunos do projeto Geração Aprendiz, que tem como objetivo possibilitar aos jovens da região uma formação cidadã e, ao mesmo tempo, técnica e prática, para a inserção no mercado formal de trabalho. O projeto atua como uma ponte entre o jovem e as empresas, considerando que a profissionalização do adolescente é uma etapa do processo educativo. Para a Fundação Orsa, o projeto reflete a política de incentivo ao emprego e a preocupação com o futuro dos jovens da região. Além dos 100 alunos que se formam, há outras duas turmas que terminam o curso nos próximos meses, totalizando 300 jovens aprendizes.

www.fundacaorsa.org.br



Voluntários durante o evento Sábado Solidário

Banco de Alimentos realiza campanha Sábado Solidário

A Rede Banco de Alimentos realizou, no último dia 12 de março, a Campanha Sábado Solidário. Na ocasião, voluntários participaram da iniciativa estimulando a doação de gêneros alimentícios não perecíveis. Os alimentos arrecadados foram destinados às entidades previamente cadastradas e beneficiadas pela organização. O evento acontece sempre no primeiro sábado de cada mês, em diversas cidades do Rio Grande do Sul. Somente no ano de 2010, o Banco de Alimentos de Porto Alegre arrecadou 2,8 milhões de quilos de alimentos, sendo 92 mil quilos pela campanha. No total, são 13 Bancos de Alimentos integrados à Rede, que, juntos, arrecadam e distribuem 380 mil quilos de alimentos por mês – beneficiando 698 entidades no Estado.

www.redebancodealimentos.org.br

Fundação Victor Civita lança programa de educação

A Fundação Victor Civita, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, lançou o programa Matemática é D+ On-line. O programa disponibiliza cursos on-line de Matemática para professores e coordenadores pedagógicos dos primeiros anos do ensino fundamental de todo o Brasil. O objetivo principal é apoiar os profissionais no desenvolvimento de práticas efetivas para o ensino da Matemática. Cada curso tem carga horária de 40 horas e duração de 8 semanas para turmas de até 50 alunos, que contam com a tutoria de um formador especialista. O programa traz ainda conteúdos exclusivos, fóruns, recomendações de leitura e atividades direcionadas à rotina da sala de aula.

www.fvc.org.br

ONU tira duas mil empresas do Pacto Global

O Pacto Global, uma iniciativa das Nações Unidas, retirou 2.048 empresas de seu quadro de associados. Isso equivale a 25% do total de instituições e autarquias que publicamente prometeram defender os princípios de responsabilidade social propostos pela ONU. Dentre as descastradas estão 72 brasileiras, a maior parte do setor de mídia (agências de publicidade e comunicação, jornais, rádios e TVs). O projeto conta agora com 6.066 adesões em 332 países; 369 são do Brasil. Criado em 2000 pelo então secretário-geral da ONU Kofi Annan, e mantido por Ban Ki-moon, o Pacto Global tem o objetivo de estimular a prática de responsabilidade social na iniciativa privada. Baseia-se em dez princípios relacionados aos direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

www.pactoglobal.org.br

Unesco avalia compromissos pela educação

O compromisso assumido por 164 países, entre eles o Brasil, para melhorar a qualidade da educação no mundo até 2015 está "longe de ser atingido". É o que aponta o Relatório de Monitoramento Global de 2011, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O acordo, assinado em 2000 durante a Conferência Mundial de Educação, estabelece seis objetivos que devem ser atingidos pelos signatários até 2015: ampliar a educação para a primeira infância, universalizar o acesso à educação básica, garantir o atendimento de jovens em programas de aprendizagem, reduzir em 50% as taxas de analfabetismo, eliminar as disparidades de gênero no acesso ao ensino e melhorar a qualidade da educação.

www.unesco.org

Grupo cria Associação Brasileira dos Profissionais de Sustentabilidade

Com o objetivo de representar, conectar e fortalecer a atuação do profissional de sustentabilidade, responsabilidade social corporativa, cidadania corporativa, investimento social privado, entre outras denominações, acaba de nascer a Associação Brasileira dos Profissionais de Sustentabilidade. "A entidade vai levar sempre em conta a articulação intersetorial que promova a troca de experiências entre os profissionais, a contribuição para a sua formação e a disseminação de conhecimentos sobre a área", diz o idealizador do projeto e consultor em educação para sustentabilidade, Marcus Nakagawa. O objetivo da associação é ser referência na promoção de condições justas, inclusivas e sustentáveis.

www.ressoar.com.br



Adequações contábeis às normas internacionais

Adaptação aos critérios internacionais pretende patronizar as demonstrações contábeis

Por Juliana Fernandes

O termo International Financial Reporting Standards (IFRS) consiste em um conjunto de normas contábeis desenvolvidas pela International Accounting Standards Board (IASB), criadas a partir da necessidade das organizações elaborarem demonstrativos contábeis baseados em normas e critérios homogêneos. Adotadas pela União Europeia, no final de 2005, hoje representam o que há de mais atual em termos de demonstrações financeiras. Por isso, diversos países têm intensificado o trabalho para a convergência das normas, inclusive o Brasil, que iniciou o processo em 2010.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Benedicto David Filho, especialista em IFRS e diretor do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP), esclarece as principais dúvidas sobre o assunto e ainda apresenta as principais vantagens e desafios dessa adequação.

Revista Filantropia: *Qual é o objetivo das demonstrações contábeis de acordo com os padrões das IFRS?*

Benedicto David Filho: Fornecer aos investidores e demais participantes do mercado de capitais globalizado informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis que efetivamente auxiliem no processo de tomada de decisões. Os padrões IFRS buscam a convergência na elaboração das demonstrações contábeis. Dessa forma, ao adotarem os padrões IFRS, as organizações vão fornecer ao mercado de capitais globalizado informações de qualidade em um padrão que o usuário da informação, esteja ele no continente europeu, americano ou asiático, compreenderá sem a necessidade de recorrer a ajustes ou reclassificações contábeis.

RF: *Atualmente, quais empresas/entidades devem adotar essas normas no Brasil?*

BDF: No Brasil, a obrigatoriedade veio com a promulgação da lei nº. 11.638/2007, que introduziu as modificações necessárias na legislação societária, obrigando às organizações brasileiras à adoção dos padrões IFRS. Esse marco legal autorizou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central (BACEN) e demais órgãos e agências reguladoras a celebrar convênio com entidade que tenha por objetivo o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, da mesma forma que ocorre em outros países. No Brasil, essa entidade é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Embora a lei

tenha se restringido às sociedades anônimas e de grande porte (ativo total de R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões) devido a um pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e demais órgãos reguladores, ficam sujeitas a adotar as normas das IFRS todas as organizações independente da constituição societária, regime de tributação e tamanho.

RF: As IFRS adotadas pela União Europeia são as mesmas que devem vigorar nas empresas/entidades brasileiras?

BDF: Sim, o que se busca é a convergência das demonstrações contábeis respeitando-se a peculiaridade de cada país, que, neste caso, devem ser mínimas e não afetar o conjunto das demonstrações como um todo. Na ocorrência de situações como essa, a empresa deve divulgar o fato e quantificá-lo.

RF: Para adotarmos as IFRS, devemos aplicar todas as normas retroativamente? O que é necessário para o sucesso desse processo de transição?

BDF: O estágio atual envolve as demonstrações contábeis relativas ao exercício concluído em 31 de dezembro de 2010, que ainda não foram finalizadas. Como regra geral, as organizações devem adotar as normas IFRS para todo o exercício de 2010 e, para fins de comparabilidade, ajustar as demonstrações contábeis de 2009 às mesmas bases. É importante mencionar que não é necessário reabrir livros societários de 2009 para efetuar estes lançamentos.


RF: O que é a IFRS 1 e quais são seus princípios básicos?

BDF: A IFRS 1, como não poderia deixar de ser, trata da adoção pela primeira vez das IFRS. O objetivo básico é assegurar que as primeiras demonstrações contábeis de acordo com as IFRS apresentem informações de alta qualidade, que sejam transparentes para os usuários e comparáveis em todos os períodos apresentados, além de fornecer um ponto de partida adequado para a contabilização de acordo com as IFRS. No Brasil, o CPC nº 37 é o que trata da primeira adoção e recomenda que todos os profissionais e empresários leiam seu conteúdo para tomarem ciência na nova realidade que as IFRS colocam para o direcionamento e registro das transações.

RF: O que deve ser feito no balanço de abertura para que este esteja de acordo com as IFRS?

BDF: O que fazer depende muito da composição patrimonial de cada organização. Existem pronunciamentos específicos para ativos e obrigações. Por exemplo, a maioria das empresas possui ativo imobilizado. Essa é uma mudança que precisa ser estudada porque traz um conceito novo para os profissionais da contabilidade, que é o valor depreciável, isto é, só devem ser depreciados a diferença entre o valor de custo (quanto paguei para ter o ativo) e o valor que se espera recuperar numa futura venda. Enfatiza o conceito de vida útil econômica com base para determinar a taxa de depreciação. No Brasil, é comum os profissionais de contabilidade utilizarem taxas de depreciação permitidas pela legislação tributária que, ao longo do tempo, geram distorções significativas nas demonstrações financeiras. Há também a questão do valor recuperável, isto é, se um ativo apresenta indícios de que seu valor de mercado pode ser inferior ao valor de livros, um ajuste deverá ser feito para trazer esse ativo ao chamado valor justo.

RF: Em sua opinião, quais são os benefícios e desafios das demonstrações contábeis seguindo as normas internacionais de contabilidade?

BDF: Relaciono algumas vantagens que podem ser percebidas pelas empresas que já adotaram as IFRS: inserção das empresas brasileiras no processo de convergência contábil internacional (IFRS); atendimento às mudanças ocorridas no plano social e econômico em nível mundial; aumento do grau de transparência das demonstrações contábeis (investidores internacionais e mercado em geral); fomento e facilitação de negócios e transações internacionais entre empresas (clientes e fornecedores); colocação de ações e títulos em qualquer praça financeira internacional; obtenção de empréstimos e financiamentos; redução de riscos e incertezas obtendo redução de custos e juros. Com relação aos desafios, são muitos. Vejo que num período de transição necessário a absorção do padrão IFRS, o processo de educação continuada para os profissionais da contabilidade em evidência e a necessidade de adaptar os currículos das universidades. Particularmente, defendo que as universidades que formaram profissionais nos últimos dois anos deveriam fazer um "recall" dos seus formandos para cobrir a lacuna deixada pela formação dada com base na realidade anterior, cumprindo seu papel no que se refere à responsabilidade social. 

O que se busca é a convergência das demonstrações contábeis respeitando-se a peculiaridade de cada país, que, neste caso, devem ser mínimas e não afetar o conjunto das demonstrações como um todo



Ricardo Monello

atendimento@sergiomonello.com.br
Advogado, auditor contábil e professor



Ivan Pinto

ivani@audisa.net

Profissional de auditoria, com experiência de mais de 16 anos em entidades do Terceiro Setor, é sócio-fundador da Audisa Auditores Associados. Membro do colegiado de auditoria do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra) e do Institute of Internal Authors (IIA).

Neste artigo e nos próximos, trataremos dos procedimentos e controles necessários e decorrentes da nova regulamentação do Certificado de Entidade Beneficente e a isenção das contribuições sociais dele decorrente. Começaremos pelos aspectos gerais, para depois dedicarmos uma edição para cada área – saúde, educação e assistência social.

O foco maior do controle está na transparência das ações e na geração de informações seguras para os interessados, sejam associados ou membros, órgãos públicos, parceiros ou apoiadores.

A lei federal nº 12.101/09 inovou e formalizou um novo ambiente de controle das entidades certificadas e daquelas que, mesmo sem certificação, atuam nas áreas de educação, saúde e assistência social. E, ao sabermos desses controles, fica mais fácil planejar e organizar as informações que produziremos.

Como exemplo desse acompanhamento, podemos dizer que estamos diante de novos controles que impactam ou evidenciam:

- regras e procedimentos de gestão e prestação dos serviços, com estabelecimento de metas e oferta de serviços ao Estado;
- capítulo na lei exclusivo e dedicado à transparência e divulgação das informações referente às entidades, seus serviços e seu público;

- representação a diversos órgãos, ampliando os órgãos de controle externo sobre as entidades;
- supervisão das entidades pelos ministérios das atividades desenvolvidas em caráter permanente;
- controle local dos conselhos de assistência social; e
- auditoria externa (contábil e operacional).

Tais procedimentos não são exclusividade das entidades beneficentes, já havendo em diferentes escalas para as demais certificações e parcerias existentes.

Como premissa, objetiva-se verificar se os recursos recebidos e/ou isenção usufruída foram aplicados integralmente em suas finalidades estatutárias e legais. Para fundamentar esse ambiente de controle, vale trazer o texto constitucional, que trata do controle sobre as entidades que recebem recursos públicos e que norteia grande parte dessas ações. Vejamos:

Art. 74 – Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- II – Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.



Reflexos dos controles na manutenção do certificado de entidade beneficente e da respectiva isenção tributária

Apresentada essa fundamentação, restará às entidades, como condição de sobrevivência, assimilar e implantar nova cultura organizacional e refletir sobre sua gestão, bem como investir em conhecimento (profissionais especializados), tecnologia, ferramentas e procedimentos que garantam mais segurança e qualidade das informações.

Em especial, referimo-nos aos controles internos que culminam nas informações contábeis, nas demonstrações contábeis, notas explicativas e, por fim, nas prestações de contas, que são elementos essenciais ao sucesso, segurança e continuidade da entidade.

Ao observar a parte geral da nova norma, é possível encontrar determinações e procedimentos que impactam toda a gestão da organização conforme veremos a seguir.

O primeiro ponto a observar refere-se às finalidades e atividades desenvolvidas. Por aqui já aparece a necessidade de ajustes jurídicos e contábeis, pois o Estatuto Social da entidade deve ser preciso em relação à preponderância, e sua contabilidade, segregada e clara em relação às atividades.

Os estatutos das entidades deverão estar apropriados para essas atividades, tendo em vista as novas regras da lei, tratando da preponderância e das demais áreas de atuação, sem deixar de trazer as atividades-meio e demais ações também desenvolvidas, ainda que não beneficentes. Sem deixar de lembrar que, nesse ajuste

estatutário, outras normas já existentes também deverão ser observadas.

Assim, o detalhamento jurídico também se reflete na estrutura contábil, pois, para atender à nova norma, será preciso segregar contabilmente receitas e despesas em função da natureza e das atividades desenvolvidas. Afinal, a avaliação da qualidade dos projetos desenvolvidos passa pela análise contábil.

Ainda mais, conforme a nova lei, “a entidade com atuação em mais de uma área deverá manter escrituração contábil segregada por área de atuação, de modo a evidenciar seu patrimônio, receitas, custos e despesas de cada área de atuação.”

Para que essas informações produzam demonstrações precisas e sem distorções, será imperioso que a entidade observe ao menos duas recomendações:

- 1) integração do plano de contas ao sistema de informação da entidade, com abrangência de todas as áreas (beneficentes ou não) e com foco nas informações e demonstrações produzidas;
- 2) necessidade de integração total entre área contábil e ações sociais desenvolvidas pela entidade, focando nos relatórios que serão produzidos.

Em termos de planejamento, é salutar lembrar que todas as recomendações e ajustes são de implantação

O Estatuto Social da entidade deve ser preciso em relação à preponderância, e sua contabilidade, segregada e clara em relação às atividades

Quem prestará contas em 2012 deve, obrigatoriamente, ajustar a entidade em 2011. E aqui vale lembrar que a entidade deve demonstrar o cumprimento das gratuidades no exercício fiscal anterior ao requerimento

urgente, pois a regulamentação da lei estabelece que “os requisitos e adequações deverão ser cumpridos e demonstrados no ano anterior ao requerimento de pedido ou renovação”. Assim, quem prestará contas em 2012 deve, obrigatoriamente, ajustar a entidade em 2011. E aqui vale lembrar que a entidade deve demonstrar o cumprimento das gratuidades no exercício fiscal anterior ao requerimento, em todas as áreas de atuação.

Outras dicas importantes de cuidados e controles são:

- Ajuste da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), que deverá corresponder com o objeto principal previsto no Estatuto Social e verificado nas demonstrações contábeis e nos relatórios de atividades;
- Adequação das parcerias entre entidades privadas para prestação de serviços beneficentes, pois a nova regulamentação traz os requisitos mínimos, bem como estabelece as regras para aproveitamento como gratuidades àqueles que prestam os serviços;
- Verificação da regularidade e registro da ata de eleição dos membros da diretoria;
- Observar o prazo de seis meses da data do vencimento do Cebas para protocolo do novo pedido de renovação;
- Observar o cadastro ou recadastramento realizado junto aos sites dos ministérios da área de atuação da entidade;
- Controle preciso dos atendidos (gratuitos ou não) nas diversas áreas da entidade;
- Ajuste do plano de contas e demais informações contábeis conforme as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade e CPCs aplicáveis às entidades;
- Demonstrações contábeis e notas explicativas com observâncias das diversas normas gerais e específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Vale salientar que as principais informações sobre a entidade serão disponibilizadas nos *sites* dos ministérios, o que traz maior preocupação com qualidade das mesmas e

com o modo como são comunicadas. E nesse novo acompanhamento é plausível perceber que, das informações contábeis, será possível avaliar além dos valores movimentados, outras informações, como:

- projetos desenvolvidos e verbas envolvidas à origem dos recursos;
- recursos financeiros, humanos e materiais à aplicação dos recursos à custos em geral;
- análise econômica e fluxo de caixa;
- indicadores de desempenho;
- reservas e provisionamentos.

No tocante à isenção, as novas regras impõem os seguintes requisitos cumulativos para obtenção e manutenção:

- certificação de entidade beneficente;
- aplicação nas finalidades e no país;
- regularidade contábil e fiscal à observância das Normas Brasileiras de Contabilidade e outras aplicáveis;
- observar a legislação tributária, em especial as obrigações acessórias;
- certidão negativa de débitos ou positiva, com efeito negativo e regularidade juntos ao FGTS;
- dez anos de guarda documentos;
- auditoria contábil independente.

Enfim, as entidades beneficentes têm o grande desafio da organização e mudança em seus modelos de gestão, mas a imensa oportunidade de, após todos esses cuidados, conseguirem crescer com sustentabilidade e segurança, além dos benefícios fiscais e tributários que poderão obter e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Afinal, o momento é de desafios e mudanças. E, com isso, podem trazer grandes oportunidades de crescimento, pois como disse Sócrates: “Transforme as pedras que você tropeça nas pedras de sua escada.”

Boa sorte! 

Senhor Sustentável

Uma mochila, um planeta, uma pergunta: O que é ‘SER Sustentável’?

www.senhorsustentavel.org • [www.twitter.com/srsustentavel](https://twitter.com/srsustentavel) • www.facebook.com/senhorsustentavel

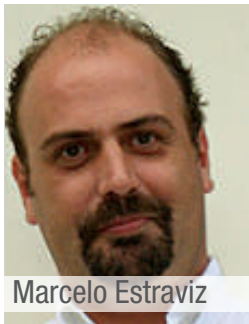
Apoio:

sustent@correlações

Parceiros:



Cultura da doação



Marcelo Estraviz

falecom@captacao.org

Presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e da associação de ex-alunos do Colégio Miguel de Cervantes; conselheiro da ONGs Trópis e Descentro; e embaixador da iniciativa The Hub no Brasil. É coautor do livro "Captação de diferentes recursos para organizações da sociedade civil".

Duas grandes linhas de pensamento atuam simultaneamente no Brasil quando se fala sobre doações. Tais linhas descrevem dois mundos contraditórios e, em geral, as pessoas defendem uma ou outra tese. Uma delas diz que o brasileiro é um povo cordial, amigo, solidário e cooperativo. Eu concordo com essa tese. De acordo com a outra linha de pensamento, no Brasil não há uma cultura de doação, somos desconfiados, não há incentivos fiscais, estamos muito abaixo da média mundial em doações individuais. Eu também concordo com essa tese.

O que proponho aqui é que não nos contentemos com escolher um lado, a resposta certa, mas que possamos explorar melhor a situação brasileira real, peculiar e específica para, a partir dela, ampliar a cultura da doação em nosso país. A primeira coisa que devemos esclarecer é que falta ampliar a cultura do pedir, antes mesmo da cultura da doação. Essa tese é o que pretendo descrever a seguir.

Se você fizer uma busca nas imagens do Google com a palavra "doação", encontrará nas primeiras telas tudo menos dinheiro. Verá imagens sobre doação de sangue, alimentos e algum desenho demonstrando pessoas unidas ao redor do globo. Se você fizer essa mesma busca com a palavra em inglês ("*donation*"), verá principalmente cofres em formato de porquinho, mãos estendidas (algumas com moedas), notas de dinheiro e uma ou outra imagem envolvendo corações. Pois bem, essa pesquisa, nada científica, mas muito simbólica, mostra o que é para o brasileiro a ideia de doar. Nós nos envolvemos radicalmente quando há alguma tragédia. Doamos toneladas de alimentos, água, cobertores, agasalhos. E fazemos isso por um motivo principal: existe o pedido. Toda a mídia, em todos os programas, comenta, dá telefones, lugares que receberão as doações. Ou seja, somos solidários, mas isso não basta, recebemos um chamado para sê-lo. Há o pedido.


Outra demonstração forte é aquele formato televisivo anual para doações. Temos o Criança Esperança na Globo, o Teleton no SBT, a RedeTV agora tem também seu evento anual. São 24 horas ou mais de solicitação constante, com estrutura para recebimentos em dinheiro, com processos facilitados através da conta de telefone,

com artistas falando diretamente, pedindo claramente. E milhões são arrecadados porque há o pedido.

As operações de doações via telemarketing esparramadas pelo interior do Brasil são outra demonstração forte do poder da solicitação. Não entrarei aqui na seara sobre se isso é correto ou não, incômodo ou não, nem falarei sobre diversas operações que são, aliás, incorretas, pra não dizer imorais (deixarei essa discussão para outro artigo). Mas o foco que quero dar aqui, falando das boas operações de telemarketing, é como podemos observar um correto equilíbrio entre o doar e o solicitar. Centenas de organizações no Brasil vivem das doações solicitadas por telefone e tenho certeza que todas elas não discutem se o brasileiro é solidário ou não. Seus números atestam o óbvio: claro que é. Mas isso se confirma por algo: há o pedido.

Por outro lado, um estudo da McKinsey feito em 2008 trouxe muitos elementos interessantes sobre a filantropia no Brasil. Entre vários dados, pudemos observar como estamos, de fato, muito abaixo da média mundial, e inclusive da média latino-americana. O que é importante perceber é que isso não pode nos levar a concluir que o brasileiro não doa, mas sim que o brasileiro (as ONGs) não pede qualitativamente.

Na Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), decidimos que o foco para os próximos 10 anos será na ampliação da cultura da doação e, para isso, acreditamos que a chave está na capacitação e qualificação de uma maior cultura do pedir. Olhar para os dados das pesquisas e amargar a realidade de que doamos pouco é, no mínimo, paralisante. O que nos move é entender que os dados nos trazem métricas comparativas, e que cabe a nós ampliar a cultura da doação, qualificando o pedir, fortalecendo as causas, buscando aliados, transformando a doação em um ato prazeroso, como já o é quando nos solicitam.

Eu sonho com um futuro em que terei de escolher a qual jantar beneficente vou no fim de semana. Quando escolherei quais ONGs quero apoiar, de um leque de uma dezenas de solicitações que me chegam em casa. Sonho com o dia em que ultrapassaremos as médias mundiais, porque isso não é só possível, mas ocorrerá em menos de 10 anos. Basta qualificarmos o pedir. E, por isso, peço a você que pense no assunto. E doe para sua causa! 



Tem certeza de que você sabe
o que está fumando?

INSTITUIÇÃO
PADRE HAROLDO

A questão das drogas deve ser encarada de frente pelas famílias, pela sociedade, por todos nós. Por isso, a Instituição Padre Haroldo, pioneira, há mais de 30 anos dedica-se a prevenir e recuperar crianças, adolescentes e adultos através de técnicas cientificamente reconhecidas de tratamento para dependência de drogas e álcool, além de cursos profissionalizantes e acompanhamento familiar. Um trabalho de muita sensibilidade e ética que já ajudou mais de 70 mil pessoas e fez da Instituição um nome conhecido e reconhecido mundialmente.

Instituição Padre Haroldo.

Vida e dignidade livre das drogas.

Saiba mais sobre esse trabalho reconhecido pela ONU e pela Casa Branca e ajude a eternizar essa causa.

www.padreharoldo.org.br

A legislação e o serviço voluntário

Muitas empresas no Brasil promovem o voluntariado envolvendo seus colaboradores. Mas uma questão é importante observar: **como não ferir as leis trabalhistas?**



Desde 1998 existe a lei nº 9.608, que rege o serviço voluntário, definindo que a ação voluntária não é remunerada, não gera vínculo empregatício, exige assinatura de termo de adesão entre as partes, é exercida em entidade pública ou privada sem fins lucrativos com objetivos sociais e permite o reembolso de despesas, desde que expressamente autorizadas.


A lei foi uma conquista do movimento de voluntariado, trazendo como elemento predominante a finalidade de prestar um serviço em prol da comunidade, com um objetivo mais elevado, como a solidariedade humana ou a noção de cidadania, o que leva o indivíduo a dispensar o recebimento de qualquer remuneração. Mas dentro dessa conceituação, também existe um caráter jurídico que precisa ser observado pelas associações, órgãos públicos e empresas que promovem o serviço voluntário.

A Lei do Voluntariado não substitui a CLT. Qualquer iniciativa da empresa no estímulo ao voluntariado trará riscos que precisam ser bem calculados. De acordo com Thiago Soares, analista jurídico do Centro de Ação Voluntária de Curitiba, “o grau de responsabilidade da empresa perante seu funcionário será tão maior quanto for seu envolvimento nas atividades voluntárias”. Esse envolvimento pode ser avaliado em apenas comunicar o tema, realizar capacitações ou instituir um programa em que os

colaboradores atuarão como voluntários por meio de iniciativas organizadas pela empresa. Entretanto, Thiago observa que “é importante levar em consideração que para inovar e alcançar bons resultados na responsabilidade social é necessário correr certos riscos”.

Exemplificando: segundo a lei, o voluntário deve assinar o termo de adesão com uma instituição pública ou privada sem fins lucrativos, mas mesmo que o colaborador tenha assinado o termo com uma associação, esse documento não tira da empresa a responsabilidade perante essa ação voluntária, principalmente se o mesmo estiver com algo que remeta à empresa (boné, camisa etc.) ou esteja em horário de trabalho.

Esses riscos podem ser menores se a empresa promover uma gestão que leve em consideração as vontades dos voluntários e deixar claro nas comunicações que apoia a prática voluntária dos colaboradores. Além disso, é importante solicitar que seu colaborador assine termo de adesão com uma instituição sem fins lucrativos.

Ter um processo em que o colaborador é o “dono” do programa de voluntariado e vê seus sonhos, estratégias e práticas de transformação sendo realizadas oferece ao relacionamento colaborador/empresa mais chances de ser permeado pela solidariedade e respeito, valores essenciais ao voluntariado. 



Link 

www.acaovoluntaria.org.br

e-mail @

acao@acaovoluntaria.org.br

Telefone 

(41) 3322-8076

Voluntariado e



E você,
o que
tem feito
pela vida?

Hoje, temos em nosso planeta uma terrível realidade que queremos transformar: cerca de 1 bilhão de pessoas estão no limiar da sobrevivência, com menos de US\$ 1 por dia; mais de 40% da população vive com menos de US\$ 2 por dia; mais de 1 bilhão de pessoas não têm acesso à água limpa e 2,6 bilhões não possuem rede de esgoto em suas casas. Por falta de água e saneamento, uma criança morre a cada 19 segundos no mundo.

Uma ferramenta para a mudança desse cenário é o voluntariado que, a partir de cada ação solidária, se coloca a serviço do desenvolvimento sustentável. Segundo definição das Nações Unidas, “*voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social, ou outros campos*”.

sustentabilidade

Assim, quando cada um de nós assume sua parte na construção de um planeta melhor, mais justo, com mais qualidade de vida, assume também sua corresponsabilidade na superação dos inúmeros desafios da sociedade. O resultado de “colocarmos a mão na massa” para transformar necessidades em oportunidades de ação voluntária é a sustentabilidade.

De acordo com uma definição do portal www.eco-desenvolvimento.org.br, “sustentabilidade é o desenvolvimento econômico baseado no equilíbrio entre as dimensões ecológica, social e econômica. Representa o potencial para uma nova abordagem do setor privado em relação ao desenvolvimento criando negócios rentáveis que, simultaneamente, elevam a qualidade de vida dos pobres do mundo, respeitam a diversidade cultural, e conservam a integridade do planeta para as futuras gerações. Isso significa fazer uma importante contribuição social ao mesmo tempo em que se cria valor para os acionistas. Pressupõe a redução ou otimização do uso de recursos naturais, a minimização de impactos sobre o meio ambiente e a sociedade no decorrer do ciclo de vida de produtos e processos produtivos, e a melhoria da qualidade de vida de todos os seres.”

O princípio da sustentabilidade aplica-se a um único empreendimento, a uma pequena comunidade,


e até mesmo ao planeta todo. Isso porque cada um de nós causa impactos ambientais, sociais e econômicos, a partir de nossas escolhas e ações.

Para que um empreendimento humano seja considerado sustentável, é preciso que ele seja:

- ecologicamente correto
- economicamente viável
- socialmente justo
- culturalmente aceito

Em 2011, ano das comemorações da Década do Voluntário, a Rede Brasil Voluntário escolheu uma campanha que nos leva à reflexão sobre o que é um planeta voluntário. Trata-se de um planeta que oferece tudo o que tem de melhor, sem pedir nada em troca, mas que, para sobreviver, precisa da atitude de cada cidadão.

Assim, o voluntariado é um processo pelo qual é possível contribuir, deixar uma marca no mundo, fazer a diferença. E tudo isso de maneira sustentável.

Quando um voluntário se dispõe a realizar uma ação em prol do bem comum, quando põe em prática seus valores de sustentabilidade, atento aos interesses reais e legítimos da comunidade, já vemos um mundo melhor virando realidade. 



Precisa se comunicar com públicos relacionados a iniciativas ambientais?



Para gerenciamento de crises, ações de comunicação, relacionamento com entidades de classe e comunitárias, entre outras atividades, a Maxpress disponibiliza ao mercado o Ambiental.

Dentro de uma plataforma on-line, o Ambiental agrega todos os públicos para o seu relacionamento corporativo com as mais diversas áreas ambientais. Dessa maneira sua ação será focada e ágil, com resultados assertivos e diretos.

Maxpress - Tecnologia para Relacionamentos com Públicos Estratégicos

(11) 3341-2800
www.maxpress.com.br

Maxpress



Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

Transparência nas relações trabalhistas

Novo modelo de Termos de Rescisão e Contrato de Trabalho e Termos de Homologação, Sistema HomologNet traz mais agilidade e segurança no atendimento ao trabalhador

Por Luciano Guimarães

A expansão do uso da tecnologia nas mais diversas áreas do conhecimento é fundamental para dar mais rapidez ao procedimento de assistência ao trabalhador na fase de homologação da rescisão do contrato de trabalho. Paralelamente, será uma das principais armas contra erros e fraudes.

Muitos são os exemplos bem-sucedidos no campo da virtualização de processos, como o realizado pela Justiça, além de outras ferramentas on-line, como a declaração do imposto de renda para os contribuintes e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para o varejo.

Agora, é a vez do Sistema HomologNet, novo modelo de Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e Termos de Homologação, instituído pela portaria nº 1.621, de 14 de julho de 2010. Sua grande vantagem é permitir tanto às empresas e entidades sociais quanto ao governo um controle mais rigoroso do pagamento das verbas trabalhistas.

As mesmas mudanças válidas para o setor privado valem também para o Terceiro Setor. “Isso porque, infelizmente, perante o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o próprio Direito do Trabalho, não há distinção, ou seja, as instituições deverão se adaptar ao sistema HomologNet, pois em breve será a única forma de realizar formalmente a homologação do contrato de trabalho”, argumenta o advogado Rogério Martir, sócio da Martir Advogados Associados.

Segundo o MTE, em médio prazo, o tempo para homologação da rescisão de contrato e recebimento do seguro-desemprego poderá chegar a cinco dias.

“O sistema permite que o Ministério chancele os cálculos. Por exemplo: o trabalhador que é mandado

embora ou rescinde seu contrato sempre fica em dúvida se aquele cálculo condiz com a realidade do que a empresa lhe deve. A empresa também fica insegura, sem saber se o trabalhador vai ou não entrar na Justiça trabalhista contra aquele cálculo. O HomologNet facilita que o cálculo seja imparcial”, explica o ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

O programa foi iniciado em caráter experimental em novembro de 2010, no Distrito Federal, Tocantins, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraíba, para depois ser instituído nos demais Estados. Porém, desde janeiro deste ano, todas as empresas que realizarem rescisão de contrato (demissão) terão de preencher o novo TRCT.

“O MTE poderá controlar a legalidade dos pagamentos efetuados pelos empregadores, pois os cálculos trabalhistas devem ser feitos pela Internet e seus dados ficarão disponíveis no site do Ministério, inclusive para conferência dos funcionários”, explica a advogada Laura Ottoni, sócia do escritório Simões Caseiro Advogados, especializada em Direito do Trabalho e Direito da Economia e da Empresa.

De acordo com ela, por estar em ambiente on-line e ser uma ferramenta que incentiva a transparência nos procedimentos, o HomologNet realiza os cálculos da rescisão de trabalho, provendo segurança jurídica para ambas as partes.

“O sistema confere os cálculos da rescisão de trabalho e elabora TRCT de acordo com a legislação trabalhista”, afirma Laura, frisando que fornece às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), ainda, um controle informatizado do agendamento das rescisões contratuais.

As instituições deverão se adaptar ao sistema HomologNet, pois em breve será a única forma de realizar formalmente a homologação do contrato de trabalho

O HomologNet integra eletronicamente os procedimentos de liberação do seguro-desemprego e FGTS, dando mais agilidade. Tal integração de dados ainda não foi feita, mas essa etapa já foi iniciada.

Para o MTE, o programa possibilita melhor acompanhamento da fase final do ciclo do vínculo empregatício, dando mais rapidez à liberação do seguro-desemprego para o trabalhador. “Em paralelo, a tecnologia desenvolvida para o sistema evita fraudes no acesso ao benefício, crime bastante comum no Brasil, e diminui o número de processos na Justiça do Trabalho, que há muito tempo se encontra abarrotada de ações e leva anos a fio até que uma sentença seja dada”, ressalta a advogada.

Por outro lado, argumenta Laura, o comparecimento ao MTE ou aos sindicatos para as rescisões de trabalho ainda é obrigatório. Nessa ocasião, o empregador deve buscar o agente homologador para que o TRCT previamente elaborado pela empresa seja importado dos bancos de dados do MTE, além de conferir eventuais direitos previstos em acordo coletivo da categoria não incluídos no TRCT.

“Com tudo acertado, a homologação no sistema dará o assunto por concluído, e tanto o trabalhador quanto a empresa terão suas demandas atendidas com mais rapidez, segurança e precisão”, conclui.

Simulação de rescisão

Mesmo concordando que a digitalização da rescisão do contrato de trabalho pode dar maior controle e facilitar as estatísticas quanto ao que está sendo homologado, o advogado Rogério Martir, da Martir Advogados Associados, ainda tem suas dúvidas. “As fraudes poderão continuar a existir, pois o método atual também tem este condão – apenas é realizado no papel, e não de forma digital”, explica.

De acordo com ele, hoje, os sindicatos têm a função de fiscalizar e de exercê-la a contento, mas quando há uma

parceria entre empregado e empregador, fica difícil evitar algumas fraudes.


“A mais comum é a simulação da rescisão para que o empregado saque o FGTS e receba o seguro-desemprego, no qual o empregador deposita a multa de 40% e o empregado, depois de levantar os valores, devolve os mesmos, assim como os valores do aviso prévio e outros que forem objeto desse ‘acordo’”, argumenta o advogado, especializado em Direito Empresarial e Direito do Trabalho, além de ser vice-presidente da OAB-Guarulhos.

Alinhamento gradual

Para o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo (Sescon-SP), José Maria Chapina Alcazar, o alinhamento tecnológico e operacional entre a ferramenta e a realidade das organizações no Brasil, principalmente as micro e pequenas, precisa ser feito gradualmente. “Caso contrário, poderá causar grandes problemas”, argumenta.

O contador alerta para as normas específicas de cada segmento e sindicatos, que também são envolvidos nesse processo – por isso, precisam ser levados em consideração nessa sistemática on-line. Além disso, os profissionais contábeis, por fazerem o elo entre o contribuinte e o governo, certamente serão impactados e precisarão se adequar a esse novo sistema.

“Em função disso, quando foi anunciada a substituição do modelo tradicional em papel pelo on-line, de forma obrigatória, em 2007, o Sescon-SP se posicionou firmemente pedindo a prorrogação do prazo e o afinamento da ferramenta, em virtude de todo o exposto”, afirma.

Chapina lembra que a modernização das ferramentas do governo é bem-vinda. No entanto, muitos sistemas, como alguns para cumprimento de obrigações acessórias, causam grandes transtornos e prejuízos ao contribuinte. “Em suma, ele não pode carregar o ônus dessa modernização. E com o HomologNet não é diferente”, salienta. 

ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social





Só nos sentimos completos quando
completamos a vida de quem tem fome.

Médicos Sem Fronteiras é uma organização médico-humanitária independente que leva ajuda a pessoas onde quer que estejam e torna públicas as situações que presencia em campo. Veja o dia a dia desses profissionais na exposição "Experiências de vida - Olhares sobre a atuação de Médicos Sem Fronteiras" que percorrerá o país e conheça a história desses brasileiros que diariamente completam a história de milhares de pessoas.

A fome marca a história da humanidade. Médicos Sem Fronteiras marca a história das pessoas.

EXPERIÊNCIAS DE VIDA

OLHARES SOBRE A ATUAÇÃO
DE MÉDICOS SEM FRONTEIRAS

CONHEÇA A EXPOSIÇÃO VIRTUAL
E SE PROGRAME PARA VISITAR A
EXPOSIÇÃO ITINERANTE.

WWW.EXPERIENCIASDEVIDA.ORG.BR

APOIO:



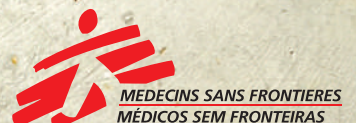
Estação



filantropia
gestão social

aw
comunicação

REALIZAÇÃO:



www.msf.org.br

O funcionamento e a tipificação das entidades de assistência social



Marcos Biasioli

marcos@mbiasioli.com.br

Advogado em São Paulo, titular da M.Biasioli Advogados, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, administrador de empresas pelo Mackenzie/SP, consultor jurídico de entidades do Terceiro Setor e idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a política de assistência social deixou o leito de uma ação de governo para chegar ao patamar de uma política de Estado, a qual é perene e vinculativa, eis que prevê não só as suas fontes de custeio, como também as formas de tutela e parceria, mas, em especial, a compulsoriedade da defesa e promoção do cidadão por parte do Estado.

Por ordem da lei maior, o Congresso Nacional promulgou a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), nº 8.742/93, e nela consta que a assistência social tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Em face de a legislação ser pragmática e não ter esmiuçado a abrangência de tais objetivos da assistência social, centenas de ONGs, talvez milhares, inundaram seus estatutos sociais com um universo mixado de finalidades das mais diversas naturezas, tais como: assistência social, educação, saúde, religião, cultura, cursos (línguas, música, futebol, artes marciais, entre outros), bingos, clube de futebol, sindicatos e até cunicultura.

Não obstante a abrangência da missão social, desde que lícita, a associação, para ser instituída, depende apenas de seu registro perante o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e, em função disso, muitas delas vêm descobrir mais tarde que a própria Loas impôs condição à legalidade de sua operação, conforme vemos disposto no artigo 9º: “O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social (Comas)”.

Entretanto, diante da limitação de atuação dos Comas, e até mesmo em face do conflito da liberdade da livre iniciativa constitucional, os conselhos, via de regra, não possuem ingerência sobre o funcionamento de todos os entes sociais, o que acaba malferindo a política de Estado.

Assim, tornou-se imperativa a realização de um recenseamento das entidades por meio dos programas sociais por elas desenvolvidos, de maneira que se possa identificar quais estavam inseridas no universo da legislação social e hábeis a funcionar.

Por ordem legal (lei nº 8.742/93, artigo 18, inciso II), coube ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 11 de novembro de 2009, editar a resolução nº 109, normatizando a tipificação dos trabalhos considerados como socioassistenciais, organizando-os por níveis de complexidade, da seguinte maneira:

I. Serviços de proteção social básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

II. Serviços de proteção social especial de média complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III. Serviços de proteção social especial de alta complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
 - Abrigo institucional
 - Casa-Lar
 - Casa de Passagem
 - Residência Inclusiva
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

A resolução foi concebida a partir das deliberações da VI Conferência Nacional de Assistência Social, bem como das metas previstas no Plano Decenal de Assistência Social, em especial a de promover uma padronização, em nível nacional, dos serviços socioassistenciais.

A preocupação com a democratização da gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e a participação e articulação intergovernamental com as entidades de assistência social são outros fatores que impulsionaram a referida tipificação, haja vista a franca necessidade de regulamentar a rede de atendimento assistencial, o que, pelo que consta, visa fortalecer e garantir os direitos socioassistenciais nos três níveis de governo.

A referida resolução passou, então, a ser a regra matriz padronizadora, o que derivou a adoção de similares parâmetros pelos Conselhos Municipais, já que o próprio CNAS editou outra resolução (resolução nº 16, de 5 de maio de 2010), regulando o seguinte:

Art. 6º – A inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social Municipais e do Distrito Federal é o reconhecimento público das ações realizadas pelas entidades e organizações sem fins econômicos, ou seja, sem fins lucrativos, no âmbito da Política de Assistência Social.

§ 1º – Os serviços de atendimento deverão estar de acordo com a resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e com o decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007.

A partir de março, muitas entidades sociais, no anseio de atender ao normativo legal, têm se debruçado para tipificar seus programas, ocasião em que se deparam com alguns que não se amoldam nesse novo paradigma.


Assim, o primeiro passo a ser analisado ao instituir um serviço, programa ou projeto é verificar se o mesmo coaduna com a premissa maior, ou seja, a Loas. Ao se constatar que o mesmo encontra-se albergado por esse normativo, não há de se questionar sua natureza assistencial.

Além disso, é necessário que a ação social seja executada em caráter continuado, permanente e planejado, o que implica dizer que trabalhos pontuais não serão recepcionados pelos Comas como uma ação social, já que sequer estabelecem uma perspectiva de autonomia aos seus usuários.

Diante dessa nova perspectiva, será fundamental que sejam garantidos mecanismos de participação dos atendidos no cumprimento da missão da própria entidade, para fins de emprestar efetividade à execução dos serviços.

Muito embora a tipificação erigida seja indispensável para a solidez de uma política de Estado, a qual norteará o emprego do orçamento público com muito mais proeminência, e não obstante os Comas estejam vinculados à norma federal, estão também vinculados à norma maior, que é a constitucional, e lidera a premissa maior quanto ao respeito à livre iniciativa.

Dessa forma, a resolução nº 109 do CNAS ilumina os caminhos a serem permeados pelos Comas. Porém, as entidades sociais que quiserem participar do orçamento público e se verem reconhecidas pelo Estado, como entidade beneficente, devem refletir acerca dessa remodelação com urgência, revendo sua missão, seus projetos e sua gestão como um todo, o que refletirá, sem dúvidas, em alterações estatutárias e na forma de prestação de suas contas à administração pública.

Não há tempo hábil para aguardar a desmitificação daquilo que é novo. O que há, em verdade, são prazos derradeiros que, se não cumpridos, poderão vulnerar suas certificações, quiçá sua própria existência. Mesmo sabendo que “política não é uma ciência exata”, como dizia Otto Bismarck, é recomendável que haja cooperação da sociedade organizada em prol de um Brasil melhor. Acredite! 

Registrador Eletrônico de Ponto

Pela segunda vez consecutiva, o Ministério do Trabalho e Emprego prorrogou a utilização obrigatória do Registrador Eletrônico de Ponto (REP) para 1º de setembro de 2011. A alteração foi feita pela Portaria MTE nº 373/2011, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 28 de fevereiro. A data prevista anteriormente era 1º de março.

 www.iob.com.br



Novas certidões de nascimento

A emissão das certidões de nascimento no novo papel de segurança teve início no dia 4 de fevereiro, em uma maternidade de Recife (PE). O novo papel de segurança fornecido pela Casa da Moeda será utilizado nas certidões de nascimento, casamento e óbito, conferindo maior segurança aos documentos. Além do papel, os cartórios receberão uma certificação digital que facilitará a emissão de certidões de nascimento nas maternidades, por meio de acordos entre as serventias e os centros de saúde, conforme regulamentação do provimento 13 da Corregedoria Nacional de Justiça.

 www.cnj.jus.br

Deficiência de locomoção

Pelo menos 5% dos imóveis de programas habitacionais da União poderão ser obrigatoriamente destinados a pessoas de baixa renda com deficiência de locomoção. É o que diz o projeto de lei nº 7.386/10, do deputado Evandro Milhomen (PCdoB-AP), que tramita na Câmara e autoriza o governo a destinar esse percentual aos mutuários. A proposta tramita em conjunto com o projeto de lei do Senado, nº 7.699/06 (que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência). Os projetos irão à votação no Plenário.

 www.camara.gov.br

Horas extras

O trabalhador que adere ao plano de demissão voluntária e atesta em recibo a quitação das horas extras não tem direito ao benefício. O entendimento foi adotado pela Seção I de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho. Para o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região, uma vez que o trabalhador não tinha feito nenhuma ressalva no recibo, a quitação plena da parcela havia ocorrido.

 www.tst.gov.br

Credenciamento de entidades

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo estabeleceu, por meio da Portaria SME nº 690, de 20 de janeiro de 2011, critérios e procedimentos para o credenciamento de organizações/entidades/associações educacionais ou com atuação preponderante na área de educação junto a este órgão. O credenciamento terá validade por três anos, podendo ser renovado nos termos da referida Portaria. A entidade deverá manter as condições de credenciamento durante todo o período de validade do certificado, sob pena de cancelamento, e terá o prazo de até 180 dias para se adequar aos dispositivos previstos nesta Portaria, contados a partir da data de sua publicação.

 www.prefeitura.sp.gov.br

Seguro-desemprego

Em virtude do aumento do salário mínimo para R\$ 545 (lei nº 12.382/2011), a partir de 1º de março o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) baixou a Resolução 663/2011, instituindo a parcela mínima de seguro-desemprego a ser paga ao trabalhador dispensado sem justa causa em R\$ 545, e a parcela máxima não maior que R\$ 1.010,34.

 www.iob.com.br

Depósitos do FGTS

De acordo com a lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o empregador tem obrigação de realizar os depósitos do FGTS nos casos de afastamento do empregado por acidente de trabalho. Assim, ainda que o trabalhador acidentado tenha recebido o auxílio doença comum e não o acidentário, por culpa do empregador, este não fica liberado de sua obrigação legal. Com esse fundamento, a 6ª Turma do TRT/MG manteve a condenação do reclamado a depositar os valores de FGTS do período em que o reclamante esteve afastado.

 www.mg.trt.gov.br

Norma da Anatel

A nova configuração que permitirá a realização de chamadas telefônicas a custo de ligação local entre todos os municípios de uma mesma região metropolitana, ou de região integrada de desenvolvimento que contenham continuidade geográfica e o mesmo código nacional de área (DDD), entrará em vigor em até 120 dias. O novo Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao Uso do Público em Geral (STFC) foi aprovado pela resolução 560, de 21 de janeiro de 2011.

 www.anatel.gov.br



Imposto de Renda

A partir de 2012, as despesas com a contribuição previdenciária da empregada doméstica não poderão mais ser descontadas do Imposto de Renda na declaração de 2013. Hoje, o empregador paga 12% ao INSS sobre o salário da empregada doméstica como contribuição previdenciária. Esse valor pode ser descontado no Imposto de Renda das pessoas físicas. O limite a ser descontado na declaração deste ano, que é referente aos ganhos e gastos do ano passado, é de R\$ 810,60. No ano que vem, o desconto deve ficar próximo de R\$ 850, segundo a Receita.

 www.folhaonline.com.br

Fator previdenciário

O fator previdenciário é, como sabem quase todos os trabalhadores do setor privado que vislumbram a aposentadoria, uma fórmula complexa que resulta quase que invariavelmente na redução do valor do benefício. Instituído no Brasil a partir de 1999, o fator previdenciário é uma criação brasileira, não contando com precedentes em nenhuma outra parte do mundo. Leia o artigo *Extinção do fator previdenciário é uma medida necessária*, do juiz federal Marcus Orione, professor de Direito Previdenciário da USP, que aborda este polêmico tema:

<http://www.iob.com.br/noticiadb.asp?area=juridicas¬icia=180448>

 www.iob.com.br

Passagens gratuitas I

Recente decisão da Justiça de Osasco, que determinou a gratuidade de passagens de ônibus para pessoas com deficiência e seus acompanhantes, pode servir de modelo para outras cidades brasileiras. A quantidade das passagens também é ilimitada. A determinação é do juiz José Tadeu Picolo Zanoni, da 1ª Vara da Fazenda Pública da cidade. A ação proposta pela Defensoria Pública de São Paulo pediu a suspensão dos efeitos da lei municipal nº 4.201, de 2008. A norma é regulamentada pelo decreto municipal nº 10.177/09. Alguns artigos da legislação municipal estabeleciam que a decisão sobre a concessão ou não do benefício seria feita por peritos das empresas viárias.

Passagens gratuitas II

De acordo com a Defensoria Pública, os dispositivos do decreto e da lei municipal que limitavam o benefício deveriam ser suspensos, pois estavam em desacordo com a Lei Orgânica do Município de Osasco, que determina a gratuidade do transporte público para pessoas com deficiência e seus acompanhantes, sem qualquer tipo de restrição. Segundo a decisão do magistrado, o município precisa promover a integração das pessoas com deficiência. Para isso, é necessário garantir a acessibilidade, permitindo o uso de equipamentos públicos sem a imposição de entraves, facilitando acesso e deslocamentos.

 www.conjur.com.br

Mapa da Violência I

O governo criará um novo sistema de informações sobre segurança pública, que vai reunir em tempo real dados de todos os Estados sobre a violência. O anúncio foi feito pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, durante o lançamento do Mapa da Violência 2011, estudo feito pelo Instituto Sangari em parceria com o Ministério da Justiça. A forma de compilação e análise dos dados será definida conjuntamente com Estados e municípios. As informações armazenadas no sistema serão levadas em conta pelo governo federal na hora de definir os repasses de recursos para os estados.

Mapa da Violência II

O Mapa também mostrou que nos últimos 30 anos houve um aumento nas taxas de homicídio entre a população jovem. Entre 1980 e 2008, a taxa de homicídios de jovens no país passou de 30 mortes para cada 100 mil pessoas para 52,9. Enquanto isso, a taxa de homicídios entre a população que está fora dessa faixa etária apresentou uma leve queda, passando de 21,2 para 20,5 para cada 100 mil pessoas. A íntegra do Mapa da Violência 2011 pode ser acessada no endereço www.sangari.com/mapadaviolencia.

 www.mj.gov.br

1 Existe outra forma de contratação de aprendizes além daquela determinada em lei?

De acordo com a Portaria MTE nº 239/11, que alterou a portaria nº 2.755, de 23 de novembro de 2010, há possibilidade de realização de cooperação ou parceria entre entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica para o desenvolvimento dos programas de aprendizagem. Dessa forma, os estabelecimentos poderão, para cumprimento da cota de aprendizagem, contratar as entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, elencadas no art. 8º do decreto nº 5.598, de 2005, para a execução dos programas de aprendizagem, em atendimento ao art. 429 e em conformidade com o art. 430 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Contudo, a validade de cada parceria ficará condicionada à aprovação do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), com base nas informações registradas no Cadastro Nacional de Aprendizagem, inclusive em relação às entidades parceiras.

2 Quando devo instituir o novo ponto eletrônico em minha entidade?

A Portaria MTE 1.510/2009 estabelecia que a partir de 26 de agosto de 2010 as empresas que realizassem o controle do ponto por meio eletrônico deveriam fazê-lo de acordo com as especificações estabelecidas no Anexo I da respectiva portaria. Contudo, por conta do volume da demanda, a qual não fora atendida, o Ministério do Trabalho e Emprego publicou em 18/08/2010 a Portaria MTE 1.987/2010, prorrogando o prazo para 1º de março de 2011. Depois, pela segunda vez o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) prorrogou a utilização obrigatória do Registrador Eletrônico de Ponto (REP) para 1º de setembro de 2011.

3 É permitido cobrar pela emissão de diplomas de curso superior?

O § 4º do artigo 32, da Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC (sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação) estabelece que: "A expedição do diploma considera-se incluída nos serviços educacionais prestados pela instituição, não ensejando a cobrança de qualquer valor, ressalvada a hipótese de apresentação decorativa, com a utilização de papel ou tratamento gráfico especiais, por opção do aluno". Portanto, a adoção de tal prática encontra óbice legal.

4 Pessoas físicas podem obter benefícios fiscais decorrentes de doações?

Por meio da Instrução Normativa nº 1.131, de 2011, a Receita Federal do Brasil (RFB) dispôs sobre os procedimentos a serem adotados para fruição dos benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF). Dentre eles, destacam-se: a) as doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente que se sujeitam à comprovação por meio de documentos emitidos pelos fundos beneficiados pelas doações e submetem-se ao limite global de 6% do imposto sobre a renda apurada na Declaração de Ajuste Anual; b) as doações ao Fundo do Idoso, que poderão ser aproveitadas como benefício fiscal relativo ao IRPF a partir do exercício 2012, ano-calendário 2011; c) os investimentos e patrocínios a projetos audiovisuais, que poderão ser usufruídos até o exercício 2016, ano-calendário 2015; d) as doações ou patrocínios a projetos previamente aprovados pelo Ministério de Cultura e pela Ancine, que não possuem limitação temporal; e) as doações ou patrocínios, desde que realizados a favor de projetos desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte; f) a dedução diretamente do imposto apurado, até o exercício 2012, ano-calendário 2011, do valor da contribuição patronal incidente sobre a remuneração do empregado doméstico, observadas as limitações especificadas. Os benefícios mencionados somente poderão ser usufruídos no caso de apresentação de Declaração de Ajuste no modelo completo, observado os limites estimulados na referida Instrução Normativa.

5 Minha entidade auxilia financeiramente uma associação que mantém trabalho com idosos.

Posso considerar esse valor como gratuidade?

De acordo com § 3º, art. 3º, do decreto nº 7.237/2010, as ações poderão ser executadas por meio de parcerias entre entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuam nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, firmadas mediante ajustes ou instrumentos de colaboração que prevejam a corresponsabilidade das partes na prestação dos serviços em conformidade com a lei nº 12.101/2009. O referido termo deverá prever, no mínimo: I - transferência de recursos; II - ações a serem executadas; III - responsabilidades e obrigações das partes; IV - seus beneficiários; V - forma e assiduidade da prestação de contas. Contudo, para fins de certificação, somente serão consideradas as parcerias firmadas com entidades privadas sem fins lucrativos certificadas ou cadastradas junto ao Ministério de sua área de atuação.

Abril

Dia	Obrigaçao	Fato Gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged - 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em março/11
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de março/11
	GFIP	Guia de recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente a fevereiro/11
	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada à entrega da DCTF mensal referente a fevereiro/11
8	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência março/11, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
15	Previdência social	Recolhimento em GPS da competência março/11 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31 de março
20	IRRF	Pagamento do IRRF correspondente aos fatos geradores ocorridos em março de 2011
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência março/11 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
25	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em fevereiro/11
	Cofins Código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em março/11
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em março/11
29	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em fevereiro/11
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de abril

Maior

Dia	Obrigaçao	Fato gerador
6	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged - 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em abril/11
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de abril/11
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência abril/11, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	Dacon mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em março/11
13	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de abril
20	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência abril/11 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa, e também contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	IRRF	Pagamento do IRRF correspondente aos fatos geradores ocorridos em abril/11
20	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em março/11
25	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em abril/11
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em abril/11
31	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de maio
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em março/11
	Contribuição sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em abril/11. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	IRPF - Quota	Pagamento da 2ª Quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na declaração de ajuste relativa ao ano-calendário de 2011, acrescida de juro de 1%

Tabelas práticas				
Contribuições previdenciárias (INSS)				
1 - Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
De	Até	-	-	
-	R\$ 1.106,90	8%	8%	
R\$ 1.106,91	R\$ 1.844,83	9%	9%	
R\$ 1.844,84	R\$ 3.689,66	11%	11%	
2 - Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
De	Até	Empregado	Empregador	Total
-	R\$ 1.106,90	8%	12%	20%
R\$ 1.106,91	R\$ 1.844,83	9%	12%	21%
R\$ 1.844,84	R\$ 3.689,66	11%	12%	23%
3 - Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/2003, para os segurados contribuintes (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição.				
4 - Salário mínimo				
Período	Valor			
A partir de março/2008	R\$ 415,00			
A partir de fevereiro/2009	R\$ 465,00			
A partir de janeiro/2010	R\$ 510,00			
A partir de março/2011	R\$ 545,00			

5 - IR - Fonte e Carnê Leão (2011)		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
Até 1.499,15	-	-
De 1.499,16 até 2.246,75	7,5%	R\$ 112,43
De 2.246,76 até 2.995,70	15%	R\$ 280,94
De 2.995,71 até 3.743,19	22,5%	R\$ 505,62
Acima de 3.743,19	27,5%	R\$ 692,78

Deduções admitidas:

- a) Por dependente, o valor de R\$ 150,69 por mês;
- b) Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.499,15 por mês, a partir do mês em que o contribuinte completou 65 anos de idade;
- c) As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;
- d) As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e,
- e) As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- a) Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;
- b) Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Tabelas sujeitas a alterações.

Fábio Guimarães sobre os escombros da marmoraria em que trabalhava, às margens RJ 130, no distrito de Conquista, região serrana do Rio atingida por fortes chuvas nos últimos dias





DESASTRES NATURAIS E SEUS IMPACTOS

Eventos climáticos extremos afetam populações pelo mundo, e ações do Terceiro Setor, em conjunto com outras iniciativas, são importantes para a reestruturação e melhoria da situação

Por Thaís Iannarelli



Militares realizam operação de entrega de alimentos e remédios a moradores isolados da comunidade de Santa Rita, município de Teresópolis

Desde o início dos tempos, o mundo tem se depa-
rado com mudanças climáticas e, consequente-
mente, desastres naturais, que se tornam sempre
mais frequentes. O resultado disso é que quem paga pelos
danos é a população – normalmente os estratos mais baixos
da sociedade que, não por coincidência, habitam áreas de
risco e sem estrutura para passar por tais situações. Assim,
além das fatalidades advindas do momento emergencial, há
ainda de se enfrentar os problemas que vêm depois, como a
falta de moradia, saneamento básico e alimentos.

“A principal dificuldade é a psicológica. Tanto os mor-
adores quanto os voluntários ficam muito abalados ao
presenciar o sofrimento humano e a fúria da natureza. Em
alguns locais, contamos com dificuldades, como saques ou
venda das doações e pessoas despreparadas atuando”, con-
ta Aline Rosa, gerente de projetos sociais da filial do Estado
de São Paulo da Cruz Vermelha.

Em meio a esse cenário, como a sociedade civil e o go-
verno podem se organizar para colaborar?

O CAMINHO ATÉ AQUI

De acordo com a Política Nacional de Defesa Civil, no últi-
mo século os desastres naturais produziram danos muito
superiores aos provocados pelas guerras; com a influência

do homem, são cada vez mais intensos, principalmente
devido ao desenvolvimento econômico e tecnológico pou-
co atento aos padrões de segurança da sociedade.

De acordo com a Defesa Civil, a partir dos anos 1970,
com a crise econômica no Brasil, o desenvolvimento social
do país passou a enfrentar problemas, e as condições de
vida e o bem-estar social se deterioraram. Dessa forma,
com a intensificação dos movimentos migratórios e o êxo-
do rural, deu-se o crescimento desenfreado das cidades – o
que levou muitos a habitarem locais de alto risco. Ainda
segundo a publicação, “os desastres agravam as condições
de vida da população, contribuem para aumentar a dívida
social, intensificam as desigualdades regionais e as mi-
grações internas, fazem crescer os bolsões e cinturões de
extrema pobreza nos centros urbanos e afetam o desenvol-
vimento geral do país”.

“O Brasil não possui uma cultura historicamente de-
senvolvida de enfrentamento de desastres naturais. De
forma geral, o país é privilegiado em termos de estabilida-
de das forças da natureza. Juntamente com essa ausência
de recorrência – felizmente – de episódios, percebo ainda
uma desorganização estrutural no exato momento seguin-
te e, depois, tratativas de reorganização do local”, explica
Felipe Mello, diretor da ONG Canto Cidadão, que atua em



hospitais e realiza visitas, com os voluntários da instituição, a locais devastados pelas chuvas no Brasil.

DIFERENTES PAPÉIS

Na hora de atuar em situações como essas, governo, sociedade civil e até a iniciativa privada têm papéis diferentes que, se bem articulados, podem ser complementares. Um dos órgãos responsáveis pela administração dos momentos pós-desastres naturais é a Defesa Civil, composta por membros do governo e da sociedade civil. O Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) é composto por órgãos e entidades da União responsáveis pelas ações de defesa civil, assim como órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e municípios que a ele aderirem. Da mesma forma, as entidades da sociedade civil também podem se unir ao Sindec. A coordenação do Sindec fica a cargo da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), que recebe informações das diferentes localidades do país quanto ao andamento das ações em suas jurisdições.

Basicamente, o objetivo da Defesa Civil é a redução de desastres – a escolha pela palavra “redução” é internacional, porque a ação de “eliminar” o problema seria um objetivo inatingível. Entre suas atividades estão a prevenção de desastres, a preparação para emergências e desastres,

a resposta aos desastres e a reconstrução, assim como a promoção da articulação do Sindec em todo o território nacional.

Em situações de desastres, entre as ações da Defesa Civil estão o suprimento de água e alimentos à população, assim como roupas, agasalhos e abrigos provisórios. É a Defesa Civil também que fiscaliza as condições de edificações danificadas e a limpeza e descontaminação do ambiente.

No caso das chuvas que assolaram o Rio de Janeiro no começo de 2011, após visitar as regiões afetadas, a então recém-eleita presidenta Dilma Rousseff constatou que a ação a ser tomada não era apenas uma questão de defesa civil. “A prevenção é uma questão de saneamento, drenagem e política habitacional de governos que se comprometem com a qualidade de vida da população”, disse, reforçando a necessidade de investimentos em prevenção a tragédias ambientais.

Em casos de catástrofes naturais, as organizações do Terceiro Setor também se fazem necessárias para o atendimento à população. Entre as mais conhecidas está a mundial Cruz Vermelha, que, no Brasil, tem um papel importante nesse cenário. Sua missão é atenuar o sofrimento humano com imparcialidade, sem distinção de raça, classe social, nacionalidade, sexo e opinião política. “Durante uma catástrofe, a Cruz Vermelha deve auxiliar os poderes públicos, como prefeituras, bombeiros e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Pode ajudar no cadastramento das famílias, na logística de doações e no atendimento aos feridos. É muito comum em campanhas de ajuda humanitária, por meio da arrecadação de alimentos, itens de higiene pessoal e limpeza, água e roupas para sanar as necessidades primárias das vítimas de calamidades”, explica Aline.

Outra instituição de âmbito internacional é a Médicos Sem Fronteiras (MSF), que atua em 55 países lidando com situações de epidemia, conflitos armados e desastres naturais. “Fazemos o atendimento imediato nos locais atingidos. Conseguimos chegar aos locais de 48 a 52 horas após o ocorrido, no máximo, o que é bom. A dificuldade maior é que ninguém espera uma situação de catástrofe, então fica difícil mensurar o tamanho do problema, não dá para saber o que vamos encontrar”, conta Carolina Batista, coordenadora da unidade médica da MSF no Brasil.

Prezar pelo bem-estar das pessoas que sofreram com a perda de parentes, amigos e bens materiais também pode ser uma das atribuições das ONGs. É esse o tipo de atuação do Canto Cidadão, algum tempo após a situação de calamidade. “Normalmente, arrecadamos brinquedos e

Basicamente, o objetivo da Defesa Civil é a redução de desastres – a escolha pela palavra “redução” é internacional, porque a ação de “eliminar” o problema seria um objetivo inatingível



Walter Campanato/Alto

Homem é socorrido durante enchente em Nova Friburgo, Rio de Janeiro

Nem sempre as ações em locais que sofreram com desastres naturais são programadas para serem feitas em conjunto – o que pode se tornar um problema, levando mais desorganização do que ajuda

livros junto à nossa rede de relacionamentos, e marcamos uma expedição social para a entrega. Aí acontece a segunda parte da nossa ação: visita pessoal aos locais atingidos com a presença de Doutores Cidadãos (palhaços hospitalares) e Encantadores (brinquedistas hospitalares), que compartilham momentos com crianças, adultos e idosos vitimizados pela catástrofe. A crença é que a alegria dos bons encontros tenha um papel indispensável na valorização humana, que age sobre a autoestima das pessoas e as ajudam a superar os desafios”, conta Felipe.

Instituições que cuidam de animais também têm muito trabalho nessas horas. Em Teresópolis, voluntários do Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso) e da Sociedade Mundial de Proteção Animal deram apoio à ONG Estimação, abrigo local. Outra iniciativa em Nova Friburgo imunizou os animais contra doenças como cinomose, leptospirose e adenovirose. Ao todo, já foram atendidos mais de 2 mil animais. A preocupação, agora, é que as adoções de animais que ficaram desabrigados têm diminuído.

Nem sempre as ações em locais que sofreram com desastres naturais são programadas para serem feitas em conjunto – o que pode se tornar um problema, levando mais desorganização do que ajuda. Porém, em momentos de extrema necessidade, o ser humano acaba se ajudando mais, ao menos nos dias em que a mídia dá mais atenção ao fato. “Nós, do MSF, prezamos pela independência, mas, é claro que, quando possível, atuamos em sinergia com órgãos governamentais e privados. No caso da região serrana do Rio, por exemplo, houve uma sinergia grande por parte de todos os setores”, conta Carolina.

O BRASIL ESTÁ PREPARADO?

O Brasil é conhecido por ser um país abençoado, já que não é alvo comum dos eventos climáticos extremos. Terremotos, tsunamis, tornados e vulcões não acontecem por aqui. Porém, outros fatores, como as más condições de moradia, a falta de infraestrutura e o crescimento acelerado das cidades – ou seja, a ação do homem e as desigualdades sociais –, fazem com que nosso ambiente seja

mal preparado para receber, principalmente, as chuvas de verão. Todo ano há notícias de enchentes, casas e bens que se perdem, vidas que se vão. Porém, as proporções acabam crescendo com o passar dos anos, chegando a destruir cidades inteiras, como foram os casos de São Luiz do Paraitinga, em 2010, e da região serrana do Rio, em 2011.

A pergunta que paira, então, é: se já sabemos que o problema das enchentes é real e tem atingido até regiões historicamente conhecidas pela seca (como foi o caso do Nordeste, em 2010), o que pode ser feito para evitar grandes tragédias? Segundo a própria presidenta Dilma Rousseff, em visita à região serrana do Rio de Janeiro, “moradia em áreas de risco no Brasil é a regra, e não a exceção”. Segundo ela, é preciso adotar medidas de prevenção em encostas, para que não ocorram novas tragédias. “Quando não há política habitacional, o pessoal que ganha até dois, três salários mínimos vai morar onde? Mora onde não pode, que são justamente as regiões desabitadas”, afirmou na ocasião, quando também anunciou apoio aos municípios atingidos. Segundo ela, o governo federal vai apoiar a reconstrução das áreas destruídas pela enxurrada. Dilma também anunciou a antecipação do pagamento do Bolsa Família e do aluguel social às famílias.

Ou seja, não existem soluções fáceis e prontas para o problema. Na maioria das vezes, infelizmente, deve-se lidar com ele após já ter acontecido. “A burocracia é assustadora em se tratando de envio de recursos para a reconstrução do local. Não falta boa vontade de muita gente na hora da tragédia, especialmente quando existem câmeras por toda a parte. Mas o rescaldo normalmente leva muito tempo para ser cuidado, e, por vezes, nunca é cuidado”, explica Felipe.

DIFERENÇAS PELO MUNDO

Se analisarmos duas situações de eventos extremos que assolaram populações recentemente, podemos notar as diferenças que existem no tratamento e na recuperação, tanto da população quanto do local, de acordo com o nível de desenvolvimento e importância econômica do país.

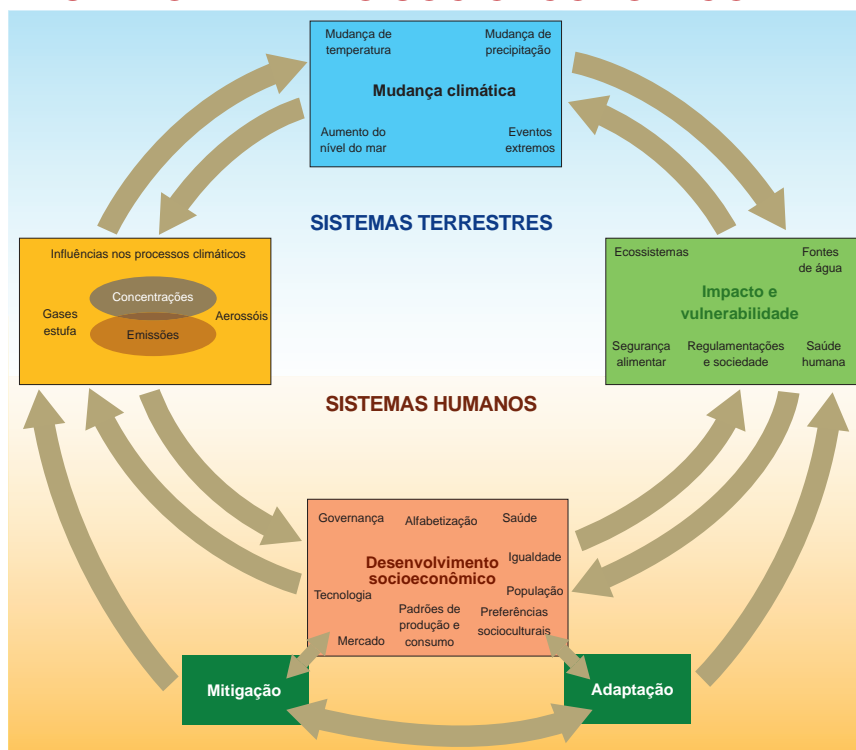
Em janeiro de 2010, um terremoto de 7 graus na escala Richter atingiu o Haiti, país conhecidamente vulnerável econômica e socialmente. O desastre deixou mais de 1,5 milhão de desabrigados e matou 300 mil pessoas. Até o fim de 2010, mais de 1.400 pessoas já tinham morrido pela epidemia de cólera que se instaurou na região devido à falta de estrutura após o terremoto, além de outras 20 mil infectadas pela doença. Os números assustam, ainda mais sabendo que a transmissão pode ser contida simplesmente com o uso de sabão e água para lavar as mãos.

PREVISÕES PARA O FUTURO

De acordo com o *Intergovernmental Panel on Climate Change 2007* (IPCC), ligado às Nações Unidas, provas de todos os continentes e da maioria dos oceanos mostram que muitos sistemas naturais estão sendo afetados pelas mudanças climáticas regionais, especialmente o aumento da temperatura. Além disso, a previsão é de que eventos climáticos de larga escala tenham o potencial de causar grande impacto, especialmente depois do século 21. Alguns dos pontos citados no estudo são:

- Os impactos da mudança no clima vão variar regionalmente, mas, colocados juntos, promoverão custos anuais que devem dobrar conforme a temperatura aumenta;
- Alguma adaptação já ocorre agora, mas ainda de forma limitada, às mudanças no clima;
- Adaptação será necessária para lidar com os impactos do aquecimento global, que já é inevitável devido a emissões passadas;
- A vulnerabilidade do futuro depende não só das mudanças climáticas, mas também do desenvolvimento sustentável;
- O desenvolvimento sustentável pode reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas, mas as mudanças climáticas podem frear a capacidade das nações de alcançar o desenvolvimento sustentável.
- A criação de um manual de medidas de adaptação pode diminuir os riscos associados à mudança no clima.

CICLO DEMONSTRA O IMPACTO DOS EVENTOS CLIMÁTICOS NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO:



Fonte: *Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) 2007*



Crianças do Orfanato Fondation Blessing Hands, erguido pela companhia de Força de Paz Haiti, com as doações dos engenheiros brasileiros, foi o 1º prédio terminado após os tremores na capital

Apesar da instalação de dezenas de ONGs, a situação continua caótica. Segundo um levantamento feito pelo Disaster Accountability Project (DAP), apenas 27% do total de fundos arrecadados por 20 ONGs que atuam no Haiti havia sido usado para evitar surtos e epidemias seis meses após o terremoto. O que o documento não menciona são as promessas de doações feitas por países, que não se concretizaram. Quatro meses após o ocorrido, apenas 1,5% dos US\$ 10 bilhões prometidos por vários Estados tinham sido depositados, de acordo com dados das Nações Unidas.

Segundo Idalbert Pierre-Jean, embaixador do Haiti no Brasil, a situação ainda está muito ruim, mais de um ano depois da tragédia. Em entrevista recente à Agência Brasil, disse que “só não está pior do que no dia 12 (*de janeiro de 2010, quando houve o terremoto*) e nos dias seguintes, quando estava tudo muito destruído. O que vemos hoje é um pouco melhor do que naqueles dias, não estamos mais enterrando pessoas como antes, há menos gente nas ruas”, conta.

Um cenário bem diferente se encontra no Japão, atingido por um terremoto de magnitude 8,9º na escala Richter, que desencadeou um tsunami e também acidentes nucleares em algumas usinas. O fato, bem mais recente, trouxe destruição e calamidade ao país – assim como muito sofrimento humano –, embora

o país seja estruturalmente preparado para enfrentar terremotos. Porém, a reconstrução e a retomada da economia já são uma realidade. Especialistas veem a situação até como uma “oportunidade” de crescimento.

O mesmo não aconteceria em outros países, pois poucas economias têm reservas de capitais e uma população economicamente preparada como a japonesa. Estima-se que as perdas nas regiões afetadas sejam de aproximadamente R\$ 300 bilhões, segundo relatório do Credit Suisse. Porém, o Japão possui reservas sete vezes superiores a esse valor.

No caso do Japão, a ajuda humanitária de ONGs também é muito necessária, principalmente no momento emergencial, para atender as pessoas que perderam suas casas e familiares. “No Japão, há uma cultura de preparação para situações assim. Além do que existe um respeito muito maior dos governantes para com os cidadãos. Isso faz toda a diferença. Basta observar algumas imagens da forma como as autoridades e a população se organizam de forma respeitosa e competente em situações como a do tsunami”, complementa Felipe. Porém, no Haiti, as ONGs e o apoio internacional são, até hoje, a base de sobrevivência para a população, que não pode contar com um Estado próprio para reerguer o país. 🍷

Links 🍷

www.cantocidadao.org.br
www.cvbsp.org.br
www.defesacivil.gov.br
www.estimacao.org
www.ipcc.ch
www.msf.org.br



Padrões de ética nos investimentos

Publicação internacional estabelece regras de conduta na gestão de investimentos na área social

Por Thaís Iannarelli

Com o objetivo de trazer princípios éticos e melhorar os procedimentos relacionados ao gerenciamento dos recursos financeiros, o CFA Institute, organização global sem fins lucrativos com mais de 100 mil membros pelo mundo que define padrões de excelência profissional aos investidores, lançou o Código de Conduta na Gestão de Investimentos para Fundações, Fundos Patrimoniais e Organizações Filantrópicas.

Pelo mundo todo, indivíduos e empresas oferecem recursos financeiros para organizações do Terceiro Setor dedicados à melhoria da condição

humana. O objetivo dessas instituições e de seus doadores é conquistar um impacto positivo e duradouro na sociedade.

Para regulamentar os fundos patrimoniais, as fundações e as organizações filantrópicas, existem leis específicas. As exigências funcionais podem ser similares em diferentes países, mas suas diferenças criam nomes diversos para as instituições envolvidas com esse trabalho. Existem denominações como fundações independentes, fundos públicos, fundos de patrocínio de educação, empresas sociais, entre outras nomenclaturas. Porém, o objetivo final



O código foi criado especificamente para esse fim: dirigir-se aos responsáveis pelos recursos financeiros direcionando-os para uma conduta para o bom aproveitamento dos bens recebidos

é obter e fornecer recursos para avançar na sua missão.

Fala-se muito no processo de doação e recebimento de recursos, mas pouco sobre o gerenciamento desses recursos nas organizações. O código foi criado especificamente para esse fim: dirigir-se aos responsáveis pelos recursos financeiros direcionando-os para uma conduta para o bom aproveitamento dos bens recebidos. A fonte e a extensão desses recursos podem variar muito. Algumas organizações são financiadas por doações de famílias ou empresas para alcançar objetivos específicos. A doação pode representar um fundo patrimonial permanente; outras captam recursos de diversas fontes, que podem financiar operações pontuais ou estabelecer um patrocínio mais longo. Em todo caso, o gerenciamento desses recursos por meio de princípios e padrões de conduta profissionais é importante para proteger esses bens.

O código foi desenvolvido com o objetivo de estabelecer melhores práticas para os membros das organizações, voluntários e funcionários.

A seguir, conheça os princípios abordados no Código de Conduta na Gestão de Investimentos para Fundações, Fundos Patrimoniais e Organizações

Filantrópicas, voltado para os responsáveis pela supervisão dos recursos financeiros:

- A. Agir com lealdade e propósito adequado;
- B. Agir com habilidade, competência, prudência e atenção;
- C. Obedecer a leis, regras, regulamentos e documentos da fundação;
- D. Respeitar os stakeholders;
- E. Revisar estratégias e práticas de investimento regularmente.

Agir com lealdade e propósito adequado

Os membros da diretoria devem:

- 1) Estabelecer práticas sérias de gerenciamento de investimentos que procurem maximizar o impacto das atividades da organização;
- 2) Entender a missão da organização e considerar seu impacto de forma alinhada à estratégia de investimento;
- 3) Colocar os interesses da organização, seus doadores e beneficiados acima de seus próprios interesses;
- 4) Evitar conflitos de interesse relacionados à implementação de estratégias de investimento da organização. Quando não puderem ser evitados, é necessário saber gerenciar esses conflitos;

- 5) Não pedir, oferecer ou aceitar presentes e benefícios pessoais que possam afetar a credibilidade da organização;
- 6) Não limitar a atuação de futuros membros da diretoria da organização no que diz respeito ao gerenciamento dos recursos.

Agir com habilidade, competência, prudência e atenção

Os membros da diretoria devem:

- 1) Dedicar tempo suficiente para implementar objetivos e políticas de investimento a organização;
- 2) Manter um nível apropriado de conhecimento sobre os mercados de investimento, produtos e estratégias para realizar seus deveres;
- 3) Ter uma base adequada para as decisões de investimento apoiadas por diligência ativa das estratégias da organização;
- 4) Gerenciar os riscos financeiros de forma apropriada;
- 5) Usar profissionais externos, quando necessário ao desenvolvimento, implementação e revisão das estratégias de investimento da organização.

Obedecer a leis, regras, regulamentos e documentos da fundação


Os membros da diretoria devem:

- 1) Entender e assegurar o cumprimento das leis, regulamentos e documentos oficiais pertencentes às práticas de investimento da organização;
- 2) Com relação aos recursos financeiros, denuncie qualquer atividade ilegal ou antiética, além de irregularidades.

Respeitar os stakeholders

- 1) Realizar ações para maximizar os benefícios dos recursos de fundos patrimoniais para as atividades da organização;
- 2) Assegurar o equilíbrio entre os stakeholders interessados nas operações da organização enquanto respeita a intenção dos doadores;
- 3) Procurar minimizar a volatilidade dos beneficiários e suporte orçamentário por meio de um gerenciamento de finanças prudente;
- 4) Manter a confiabilidade e estabelecer políticas e procedimentos que se dirijam à redistribuição de informação;
- 5) Comunicar-se com os *stakeholders* de forma pontual, correta e transparente.

Revisar estratégias e práticas de investimento regularmente

- 1) Avaliar a performance e a integridade dos responsáveis pelos investimentos no gerenciamento dos recursos recebidos por meio de medidas e padrões estabelecidos;
- 2) Revisar as ações do comitê de investimento em relação à performance para implementar e aderir aos princípios das políticas e estratégias de investimento da organização;
- 3) Revisar e ajustar práticas e estratégias de investimento para ir de encontro com os objetivos da organização e maximizar os benefícios disponíveis dos recursos dos fundos patrimoniais. 

O código foi desenvolvido com o objetivo de estabelecer melhores práticas para os membros das organizações, voluntários e funcionários

O Código de Conduta apresentado é uma tradução livre do conteúdo do Investment Management Code of Conduct for Endowments, Foundations, and Charitable Organizations. Mais informações no site do CFA Institute.

Link 
www.cfainstitute.org

MARKET ANALYSIS

EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573

www.marketanalysis.com.br

AUMENTO DA FO



Eduardo Magalhães

elaboreseuprojeto@email.com

Sociólogo, ensaísta e professor. Diretor e fundador de várias ONGs; membro da ISTR (International Society for Third-Sector Research), mestrando em Relações Internacionais pela PUC-SP e blogueiro do Jornal ABCD Maior.

Pela primeira vez nos últimos 10 mil anos, a humanidade pode satisfazer a necessidade alimentar de todos. Contudo, as previsões menos catastróficas demonstram que a cada seis segundos uma criança morre de fome no mundo. Seis segundos. Ao total, são 925 milhões de crianças, homens e mulheres que acordam e dormem todos os dias com fome. Por incrível que possa parecer, o cenário era ainda mais grave, pois pela primeira vez em 15 anos o número de pessoas com fome no mundo caiu. É isso o que informa o Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A causa da fome está na falta de dinheiro para comprá-los. Como na sociedade capitalista os alimentos também são mercadoria, somente pode obtê-los quem pode pagar. Mesmo que estejam sobrando.

A fome tende a se aprofundar na medida em que os preços mundiais dos alimentos batem recordes consecutivos de alta nos últimos meses. Segundo a revista *The Economist*, os alimentos estão com os preços mais altos desde 1984. Relatório publicado em fevereiro pelo Banco Mundial revela que os preços dos alimentos continuam a subir. Entre outubro de 2010 e janeiro de 2011, aumentaram 15%. O aumento dos preços ocorreu principalmente com os alimentos básicos: trigo, milho, açúcar e óleos comestíveis.

O que não poderá ocorrer em 2050 com 9 bilhões de bocas se a situação já é calamitosa com uma população mundial de quase 7 bilhões? A produção de alimentos terá de aumentar 70% para acompanhar o aumento da população. Caso contrário, a estimativa é de que haja 3 bilhões de famintos no mundo.

CAUSAS DA FOME

Essa situação pode ser agravada pelas mudanças climáticas, falta de água, aumento da demanda por fertilizantes e estagnação econômica, haja vista que a fraca e lenta recuperação mundial da última crise financeira pode ser dificultada ainda mais pela situação

política no Oriente Médio, devido à elevação nos preços do petróleo.

Obviamente, o fato de os alimentos serem considerados *commodities* globais está na raiz do problema. Isto é, os alimentos – como qualquer outra mercadoria mundial – estão à mercê da especulação de investidores que atuam livremente visando somente lucros, especialmente em um mercado desregulamentado. Roberto Graziano, ex-ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, indicado por Dilma para presidir a FAO, afirma ser necessário regulamentar o mercado global de *commodities* para evitar a “financeirização” da fome.

Ou seja, para diminuir a possibilidade de especulação na compra e venda de alimentos, grandes multinacionais e fundos mundiais aumentam ainda mais os preços quando eles estão em alta, e aceleram as baixas quando os preços estão em queda – o que pode levar agricultores à ruína e à consequente diminuição da produção; por outro lado, garante os lucros estratosféricos aos grandes especuladores. Segundo artigo de John Vidal, no *The Observer*, a atual epidemia de fome tem sido causada pelos mesmos bancos e fundos de investimento de risco que foram os responsáveis pela última crise financeira global a partir da especulação junto às hipotecas de alto risco (*sub-prime*).

FOME NA SUPERPOTÊNCIA

Nos Estados Unidos, mais de 42 milhões de cidadãos dependem de ajuda do governo para não passarem fome – trata-se do *food stamps*. Mesmo assim, Obama reservou 708 bilhões de dólares para financiar a guerra no mundo em 2011. Concomitantemente, a superpotência é o país mais obeso do mundo, e a taxa de mortalidade infantil é maior do que em Cuba. Contradições que precisam ser resolvidas.

MEDIDAS MUNDIAIS NECESSÁRIAS

Políticas sociais: programas de transferência de renda direcionados à alimentação, como o “Oportunidades”,

ME NO MUNDO

do México, e o “Bolsa Família”, do Brasil, que conseguiram uma substancial diminuição da fome. No Brasil, o programa Bolsa Família, muito criticado pela oposição, salvou da fome 12,8 milhões de famílias em 2010. Além disso, foi elogiado no último dia 4 de fevereiro por delegação do governo do Canadá como modelo em gestão. Em nosso caso, o recebimento do benefício está vinculado à manutenção da criança na escola e acompanhamento básico da saúde.

Remoção de barreiras comerciais e cortes de subsídios: isso possibilitaria um aumento da produção e exportação de alimentos pelos pequenos agricultores. Como exemplo, citamos o Brasil, onde a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos no país. A agricultura familiar é fundamental não só para a diminuição da fome por meio do consumo dos alimentos que produz, mas também porque melhora a situação social no campo. Desde 2003 até hoje houve uma ampliação de 72% da classe média rural (3,7 milhões de pessoas), com aumento médio de 30% da renda. Atualmente, mais de 4,3 milhões de famílias vivem da agricultura familiar. A agricultura familiar também tem servido aos programas sociais de alimentação de estudantes, doação a entidades assistenciais, regulação e recomposição de estoques estratégicos, entre outras políticas públicas que visam acabar com a fome.

Pesquisa: A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem contribuído para a redução da fome no Brasil e também, mais recentemente, em outros países. Desde 2010, tornou-se uma organização internacionalizada, atuando nos Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Venezuela, Panamá e, principalmente, em vários países africanos: Gana, Moçambique, Mali e Senegal. Sua atuação tem possibilitado efetivamente a melhoria da produtividade (planejamento agrícola, uso das terras, melhoramento genético), diminuição do desperdício, melhoria da gestão agropecuária, sustentabilidade etc. Seus

inúmeros programas e projetos têm obtido grande reconhecimento mundial. Aliás, uma maior parceria entre a organização brasileira e a FAO poderia difundir ainda mais pelo mundo as ideias de sucesso no combate à fome.

SLOW FOOD

É um movimento mundial que não só se contrapõe ao *fast food*, mas também busca resgatar as culinárias regionais e questionar o ritmo convulsivo de nossas vidas. Contesta igualmente a falta de interesse das pessoas em saber de onde se origina e como foi produzido o alimento consumido – nisso se incluem as formas de trabalho e a relação com a natureza para a elaboração do que se come. Hoje, o costume de toda família em se sentar à mesa para as refeições e ingerir alimentos caseiros está se acabando. Comemos desesperadamente assistindo à “excelente” programação da televisão. Essa situação dificulta o diálogo e o convívio familiares. Come-se mal, vive-se pior ainda. Conclusão: uma parte da humanidade não come nada, a outra come muito e mal, daí a obesidade com suas nefastas consequências para a saúde.

A saída não é impossível e está ao nosso alcance. Cada um de nós pode começar de forma simples e imediata: abolir refrigerantes, gordura, fritura, açúcar, alimentos industrializados, entre várias outras “bombas” que jogamos diariamente para dentro de nosso corpo, e ainda ensinamos nossos filhos a fazê-lo.

Alimentos naturais, como frutas, legumes e verduras, normalmente são muito mais baratos do que os que nos fazem mal. Desligar a televisão, além de fazer bem à inteligência, também contribui para a reunião em família durante as refeições. São esses momentos preciosos que devemos cultivar. São atos básicos e de baixíssimo custo. Fazendo nossa parte, teremos mais razão para exigir dos governos e das empresas uma mudança. Por que você não começa hoje?! ☺

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS TERÁ DE AUMENTAR 70% PARA ACOMPANHAR O AUMENTO DA POPULAÇÃO. CASO CONTRÁRIO, A ESTIMATIVA É DE QUE HAJA 3 BILHÕES DE FAMINTOS NO MUNDO

Consciência Coletiva

As redes sociais e o trânsito para um pensar sustentável



Fernando Credidio

fernandocredidio@sustente.org

Professor, ensaísta, palestrante, facilitador de cursos em empresas e organizações e consultor associado em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.



Joana Mao

joanamao@sustente.org

Comunicadora de sustentabilidade na Sustente Ecorrelações.

Há alguns anos, a internet era a grande promessa de revolução na vida. E de fato foi, embora não soubéssemos como isso iria acontecer. Apenas se especulava. Hoje, com o Facebook, Twitter e outras redes sociais, mais do que a troca de informações, a conexão entre as pessoas se tornou a grande marca dessa revolução. A rede, como é hoje, quebrou a regra da presença de um ponto central como fonte geradora de conhecimento. Nela, a igualdade para opinar e a complementaridade de informações tornaram-se aspectos básicos.

Na teoria das Ciências Sociais, o conceito de rede pode ser definido como o conjunto de relações sociais entre um grupo de atores e entre eles próprios. Na prática, ela tem sugerido fluxo, movimento e acesso. O mais surpreendente disso é a aproximação das mais variadas áreas de conhecimento, além da formação de uma consciência coletiva virtual extensa e democrática.

Parece não ser por acaso a contemporaneidade das redes sociais com a necessidade da incorporação definitiva da sustentabilidade. Necessidade que trata de uma tomada de consciência que só tem sentido se for coletiva, mas que depende da ativação do indivíduo para o diálogo e sua consequente participação. Um assunto global que, com a internet, não precisa mais se restringir a um comitê gestor.

No ambiente da internet, as barreiras territoriais, grupos, categorias e hierarquias não existem, e as interações setoriais, imprescindíveis na ideia de sustentabilidade, tornam-se possíveis. Com elas, é possível imaginar não mais comitês gestores fazendo parte das organizações, mas redes sociais ao vivo interagindo com seus públicos de interesse. Conforme nos movemos para a era da *web* 2.0, em que muitos *stakeholders* enunciam suas preocupações e se unem, indivíduos e organizações têm a chance de estar

engajados em uma mesma causa. É possível supor um pensar e fazer coletivos, a partir da interação de diversos agentes da sociedade, partícipes de empresas e governos.


Redes que ligam organizações com o seu entorno de forma sistêmica não serão apenas uma forma de proteção de marca, mas com um potencial muito maior: a formação de uma rede criativa, de transformação econômica e social.

Redes que ligam organizações com o seu entorno de forma sistêmica não serão apenas uma forma de proteção de marca, mas com um potencial muito maior: a formação de uma rede criativa

O designer norte-americano Alex Bogusky, ex-sócio da agência Crispin + Porter – polêmica em razão de suas ações on-line –, lançou no começo deste ano a rede Common, que é, acima de tudo, uma marca, e tem como objetivo se constituir em uma rede on-line de resposta rápida para oportunidades de melhoria social por meio do pensar criativo.

Pessoas conectadas, pensando criativamente, geram protótipos para solucionar causas. A Common enxergou a potencialidade da discussão da sustentabilidade em um ambiente virtual e, a partir daí, a geração de soluções que beneficiam pessoas, comunidades e o ambiente, como vantagens de negócio. Agora está um passo a frente, expressando-se como uma marca que transita da vantagem

competitiva para a vantagem colaborativa. Uma prova de que as redes permitem acesso para lidar com o novo, para pensar e viver cada vez mais em grupo.

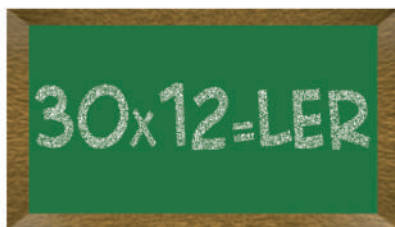
A variedade de assuntos e possibilidades que articulamos com os outros pode contribuir – e muito – para o desenvolvimento sustentável. Ao contrário do paradigma individualista que vínhamos seguindo, o pensar da sustentabilidade é maior do que as fronteiras individuais. É transpassar a individualidade e o solucionar sozinho para assumir uma consciência coletiva, criando-se, assim, espaço para uma revitalização dos movimentos sociais, nos quais, em rede, pensar é maior. 

Dividir conhecimento para multiplicar oportunidades

Andréia Tenório dos Santos
Alfabetizadora da Alfabetização Solidária

Robson Martins da Silva
Aluno da Alfabetização Solidária

Com apenas R\$ 30,00 por mês durante 12 meses, você adota um aluno. A AlfaSol já atendeu mais de 5 milhões de pessoas e capacitou cerca de 254 mil alfabetizadores em mais de 2,4 mil municípios brasileiros. Escreva essa história de sucesso no seu coração!



Ligue **0800 727 17 21**
www.alfasol.org.br



Um novo olhar para a sustentabilidade



Backer Ribeiro

backer@communita.com.br

Relações públicas e doutorando em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Professor da Faculdade de Comunicação e Marketing da FAAP/SP e professor conferencista da ECA/USP. É diretor da Communita, consultoria especializada em comunicação para a sustentabilidade.

Segundo Gilles Lipovetsky, importante filósofo contemporâneo, as preocupações do por vir planetário e os riscos ambientais assumiram posição primordial no debate coletivo. Nos últimos anos, quando despertamos para as revelações alarmantes a respeito do aquecimento global, o termo sustentabilidade ganhou a importância merecida na mídia, governos e empresas. O assunto virou uma febre. As empresas são sustentáveis, o negócio é sustentável, tudo é sustentável. Mas o que é ser sustentável? Que conceitos norteiam as gestões estratégicas das organizações?

Ser sustentável, hoje, provavelmente significa viabilizar o negócio desde que não impacte em mais custos, tecnologias mais caras. O que todos precisam entender é que há urgência em equilibrar a balança

do tripé da sustentabilidade (*Triple Bottom Line*); a economia não deve pesar mais que o social e o ambiental. Caso isso não ocorra, a natureza cobrará o seu preço. No caso do Japão, o governo gastará US\$ 200 bilhões na reconstrução do país após o desastre.

Em 1987, foi publicado o relatório *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que fazia duras críticas ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados. Foi reproduzido pelas nações em desenvolvimento, ressaltando os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório apontava para a incompatibilidade entre o desenvolvimento e os padrões de produção e consumo vigentes. Cunhou-se a

célebre frase: “Desenvolvimento sustentável é satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Ou seja, deveríamos garantir para os nossos filhos, pelo menos, a mesma qualidade de vida que temos hoje, e que já não é tão boa assim. As gerações futuras, agora com 24 anos (1987 a 2011), perguntam quais medidas foram cumpridas e se é esse o futuro que construímos para eles. Devemos mesmo adotar esse conceito? A resposta é não! Os resultados mostram que falhamos, e que sustentabilidade é garantir hoje a qualidade do meio ambiente e da vida, gastar o que for preciso para as gerações presentes.

Não há um limite mínimo para o bem-estar da sociedade, assim como não há um limite máximo para a utilização dos recursos naturais. Como citou Jeffrey Sachs, professor de Economia e diretor do Instituto Terra da Universidade Columbia, “o mundo está rompendo os limites no uso de recursos. Se a economia mundial cresce a um patamar de 5% ao ano, significa, nesse modelo de desenvolvimento, que continuaremos produzindo grandes impactos ao meio ambiente. Nosso planeta não suportará fisicamente esse crescimento econômico exponencial se deixarmos a ganância levar vantagem. O crescimento da economia mundial já está esmagando a natureza”.

Se continuarmos com o modelo de desenvolvimento como o que temos atualmente, em 2050, quando se estima que haverá 9 bilhões de habitantes no planeta, teremos uma dívida ecológica de 24 meses,

tempo necessário para esta se recompor; mesmo assim, não se tem a certeza se o planeta aguentará uma pressão desse tamanho.

Há um grande equívoco, o qual é importante esclarecer, quando se fala em desenvolvimento. É comum falar em desenvolvimento sob o prisma do crescimento da economia – o Brasil está entre os dez países mais ricos do mundo, mas o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mostra o Brasil na 73ª posição entre 169 países. De acordo com o relatório, aproximadamente 8,5% da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, 17 milhões de brasileiros vivem com menos de R\$ 60 por mês. Além da má distribuição de renda, doença crônica no desenvolvimento do Brasil, a saúde e a educação é o que mais pesa na pobreza do país.

Como diria o professor Sachs, “se a ganância vencer, a máquina do crescimento econômico depredará os recursos, deixará os pobres de lado e nos conduzirá a uma profunda crise social, política e econômica”. Precisamos propor uma mudança no paradigma da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentado necessita incluir o homem nesse processo, em uma gestão que inclua pessoas, tecnologias sem o pressuposto econômico, fontes renováveis e práticas sustentáveis. Como citou Rachel Carson, em seu livro *Primavera Silenciosa*, “o homem é parte da natureza, e sua guerra contra a natureza é inevitavelmente uma guerra contra si mesmo... temos pela frente um desafio como nunca a humanidade teve, de provar nossa maturidade e nosso domínio, não da natureza, mas de nós mesmos”. A mensagem está dada. ☺

Não há um limite mínimo para o bem-estar da sociedade, assim como não há um limite máximo para a utilização dos recursos naturais

CANTO
CIDADÃO

Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br





Por Dal Marcondes

Colaborou
Naná Prado

Quando a colônia brasileira começou a ser ocupada e os europeus começaram a fundar cidades, pequenas fontes de água bastavam para abastecer uns poucos cidadãos e animais. Ficar perto de grandes rios não era parte dos planos de José de Anchieta e Manoel da Nóbrega. O Colégio dos Jesuítas fincou pé num outeiro, lugar bom para ser defendido de possíveis ataques de índios, mas com pouca água. Contudo, dessa vila nasceu São Paulo, uma metrópole de quase 20 milhões de habitantes que precisam de cerca de 80 litros de água tratada por pessoa, por dia, para suas necessidades domésticas. Um volume que já não consegue mais ser atendido pelos mananciais próximos que, pelos critérios da Organização das Nações Unidas (ONU), tem sete vezes menos a capacidade necessária para a população atendida. É preciso buscar água cada vez mais longe e tratar águas cada vez mais poluídas para torná-las potáveis.

Um levantamento feito pela Agência Nacional de Água (ANA) recentemente divulgado aponta que o

problema do abastecimento de água é generalizado pelo país. Dos 5.565 municípios brasileiros, mais da metade terá problemas de abastecimento até 2015; para tentar empurrar o problema para 2025, o país terá de desembolsar R\$ 22 bilhões em obras de infraestrutura, construção de redes de distribuição, novas estações de tratamento e manutenção de redes muito antigas, que perdem mais de 30% da água tratada antes que chegue à casa dos clientes. Nesse valor não está incluído o dinheiro necessário para resolver o problema do saneamento básico, com a construção de redes de coleta de esgoto e estações de tratamento, de forma a proteger os mananciais, de onde se faz a captação de água para consumo. Para isso, segundo a ANA, serão necessários outros R\$ 47,8 bilhões.

Tais investimentos não são necessários apenas porque 13% dos brasileiros não têm banheiro em casa, ou porque mais de 700 mil pessoas entopem os serviços de saúde a cada ano em virtude de doenças provocadas pelo contato com água contaminada por esgotos.

Água, valor líquido

Com 13% de toda a água doce do planeta, o Brasil não deveria ter problemas nessa área. No entanto, a água é farta onde não tem gente e falta nas grandes concentrações de pessoas do Sul e Sudeste

Pode ser também porque sete crianças morrem por dia vítimas da diarreia, engrossando a estatística de mortes por problemas gastrointestinais – em 2009 foram 2.101 pessoas. Acredita-se que mais da metade poderia ter retornado com saúde para casa, ou mesmo nem ter ficado doente, caso o Brasil já estivesse entre as nações que oferecem saneamento básico universal para a população.

Especialistas apontam que a questão da água, ao menos no caso brasileiro, está mais ligada a problemas relacionados à gestão do que à escassez propriamente dita. Com 13% da água doce superficial do planeta, grande parte dela na Bacia Amazônica, o país deveria estar tranquilo em relação ao futuro do abastecimento. Porém, a distribuição da água pelo território é desigual, principalmente quando comparada à concentração da população. A Região Norte tem 68% da água e apenas 7% da população. O Nordeste e o Sudeste, no entanto, concentram 72% da população do país e menos de 10% da água. O cientista José Galizia Tundisi, autor do

livro *Água no século XXI* e especialista nas dinâmicas de rios, lagos e outros mananciais, acredita que uma das primeiras providências a serem tomadas para melhorar a gestão dos recursos hídricos é “realizar a avaliação econômica dos serviços prestados pelos recursos dos ecossistemas aquáticos”. Para ele, a valoração desses serviços é a base para uma governança adequada, e eles são essenciais para o controle do clima, abastecimento de água, produção de energia e alimentos, entre outras atividades humanas.

Muitas empresas já compreenderam isso e estão adiantadas na gestão dos usos de água em seus processos. A indústria de celulose, por exemplo, reduziu em quase 50% suas necessidades de água por tonelada de produto desde a década de 1970. Segundo a associação do setor, a média era de 100 m³ de água por tonelada de celulose – hoje, é de apenas 47 m³. Outros setores seguiram a mesma linha, não apenas reduzindo a quantidade de água necessária por unidade de produto, mas

Especialistas apontam que a questão da água, ao menos no caso brasileiro, está mais ligada a problemas relacionados à gestão do que à escassez propriamente dita

A economia do país precisa, e muito, de água de boa qualidade, mesmo sem contar que 18% das faltas de trabalhadores ao serviço também poderiam ser evitadas com uma gestão mais eficaz dos recursos hídricos

também implantando sistemas de tratamento que permitam fechar o ciclo industrial entre uso e reúso água.


Quase tudo o que é produzido no país tem sua cota de água embutida, o que os especialistas chamam de “água virtual”. Por exemplo, para se produzir um quilo de arroz são necessários 3 mil litros de água; um quilo de carne bovina precisa de 15,5 mil litros. Uma simples xícara de café não sai por menos de 140 litros de água. Não é que essa água desapareça depois de servido o cafezinho, mas é que, para se chegar aos produtos tão necessários nas mesas das pessoas, é preciso que essa água esteja não apenas disponível, mas limpa, isenta de contaminações por esgotos ou produtos químicos. E a coisa vai além: para um automóvel chegar à garagem dos brasileiros, o custo em recursos hídricos chega a 150 mil litros. Ou seja, a economia do país precisa, e muito, de água de boa qualidade, mesmo sem contar que 18% das faltas de trabalhadores ao serviço também poderiam ser evitadas com uma gestão mais eficaz dos recursos hídricos.

Segundo a ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, o estudo lançado pela ANA é um primeiro passo para um importante debate para o futuro do país, o estresse hídrico dos mananciais que abastecem as principais regiões metropolitanas e a situação da água em todos os municípios. Para ela, o Brasil precisa encarar o fato de que a segurança no abastecimento de água é estratégica e que o recurso é escasso. “É preciso encarar o fato de que precisamos investir na infraestrutura, mas também precisamos mudar a forma de usar esse recurso e coibir os desperdícios”, disse.

A questão da gestão dos recursos hídricos passou por uma grande transformação no Brasil no final do século passado, quando as empresas estaduais de água e saneamento perderam o monopólio do mercado. Muitas foram municipalizadas e outras privatizadas, além de terem continuado a existir as empresas estaduais, como o caso da Sabesp, no Estado de São Paulo, que é considerada referência para o setor. Mas o período de mudanças não foi tranquilo, e a gestão de água e saneamento não se mostrou um bom negócio para todos os interessados. A cidade de Manaus, por exemplo, foi a primeira capital a privatizar os serviços, afinal, água não deveria ser um problema para o município que vê quase 10% da água doce do planeta escorrer à sua porta pelos rios Negro, Solimões e Amazonas. Em 2000, a gestão da água da cidade foi transferida para a empresa francesa Suez, a mesma que, por sua gestão desastrosa, quase provocou um golpe de Estado na Bolívia.

Para os franceses, era simples: havia muita água disponível e uma população de quase 2 milhões de habitantes que deveria pagar por ela. Tradicionalmente, o serviço público de água da cidade era muito ruim, portanto, “bastaria oferecer um bom serviço” para a conta fechar. Errado. Como o serviço público nunca funcionou, a elite urbana da cidade nunca dependeu dele. A maior parte das casas e condomínios de classe média tem seu abastecimento garantido por poços artesianos, um serviço que, depois de implantado, é de graça, sem conta mensal. A empresa francesa ficou apenas com a gestão do consumo da população pobre, e com a obrigação de recolher o esgoto da cidade, pelo qual também não pagavam, uma vez que a taxa de esgoto estava embutida na conta de água. Em 2007, a Suez se retirou da sociedade com o grupo brasileiro Solvi e a Águas do Amazonas continua privatizada, mas agora sob a gestão de um grupo nacional que teve de repactuar as condições do contrato de concessão com a prefeitura de Manaus.

A questão do esgoto não tratado impacta também em outro setor estratégico para a economia do país: o turismo. Principalmente no Nordeste, a presença de línguas negras atravessando praias que deveriam ser refúgios ambientais assusta os operadores turísticos e preocupa o setor hoteleiro. Mas mesmo regiões consideradas “Sul Maravilha”, como Santa Catarina, muito buscada por turistas sul-americanos, padece da falta de infraestrutura. Florianópolis tem apenas 67% de acesso à rede de esgotos, enquanto o segundo lugar, o badalado município de Canavieiras, tem pouco mais de 40% de seu esgoto coletado. E esses são o primeiro e o segundo lugares no Estado. No quinto colocado não se chega a 3%.

Nos próximos anos, o Brasil vai receber grandes eventos internacionais, a começar pela Cúpula das Nações Unidas Rio+20, que reunirá chefes de Estado e de Governo para debater os avanços e as crises ambientais do planeta. Depois, a Olimpíada de 2014 e, por fim, a Copa do Mundo de 2016, que vai espalhar turistas por todas as regiões do país. Um dos indicadores fundamentais de desenvolvimento é o acesso à água de boa qualidade, além da coleta e tratamento universal de esgotos, setores em que o país ainda tem muito a caminhar. Dados de 2007 mostram que 90% dos domicílios têm acesso a redes de água tratada, mas na área rural esse número não passa de 50%; no caso da coleta e tratamento de esgotos, os números são completamente disparatados. Vão de 40% a 77% de esgoto coletado, mas apenas 36% passam efetivamente por uma estação de tratamento antes de serem devolvidos aos cursos d'água. 

Dal Marcondes é diretor de redação da Envolverde, recebeu o Prêmio Ethos de Jornalismo em 2006 e 2008 e é Jornalista Amigo da Criança pela Agência Andi de Notícias.

Link 
www.envolverde.org.br



Grupo Pão de Açúcar

Mais que zelar pela qualidade dos produtos e serviços oferecidos aos clientes, grupo visa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável

Por Paula Craveiro

Fundado em 1948, o Grupo Pão de Açúcar (GPA) é atualmente a maior empresa de distribuição da América Latina. Para garantir a atuação no mercado e atender às diferentes necessidades e expectativas dos consumidores, a empresa mantém uma estrutura multiformato com os modelos: supermercados (Pão de Açúcar, Extra, CompreBem e Sendas), hipermercados (Extra), lojas de bens duráveis (Ponto Frio, Extra-Eleto), lojas de conveniência (Extra Fácil) e atacarejo (Assai Atacadista), além de negócios especializados com postos de combustível e drogarias, bem como comércio eletrônico de alimentos e não-alimentos.

Com uma política estruturada de responsabilidade socioambiental, o Grupo Pão de Açúcar visa atuar em três grandes causas: Multiplicar Consciência no Consumo; Dividir com a Comunidade e Somar Qualidade de Vida. Todas essas frentes têm programas desenvolvidos por meio de ações relacionadas ao negócio.

Comitê de Desenvolvimento Sustentável

Criado em 2009 com o objetivo de intensificar a relação entre os negócios da companhia e os aspectos de

desenvolvimento sustentável e de responsabilidade socioambiental, o Comitê de Desenvolvimento Sustentável é formado por seis membros.

Conforme explica Hugo Bethlem, vice-presidente executivo do GPA, suas atribuições são “estabelecer práticas sustentáveis, fundamentadas nas dimensões econômica, ambiental e social, para promover o desenvolvimento sustentável e disseminá-lo em todas as atividades, estratégias e relacionamentos; avaliar e aprovar projetos, propostas e campanhas institucionais com foco no envolvimento da organização com as questões socioambientais, incluindo alocação de recursos; avaliar propostas de investimento e projetos da companhia sob a ótica da sustentabilidade; apreciar e aprovar balanços sociais e relatórios de sustentabilidade”.

Foco socioambiental

Em 2009, a empresa investiu cerca de R\$ 60 milhões em iniciativas para a promoção do consumo consciente e da gestão sustentável, além de programas de cunho social e de qualidade de vida. Entre as ações realizadas, destacam-se a inauguração de mais quatro novas lojas verdes e a conquista da certificação LEED (Leadership in

Todas as iniciativas têm o propósito de contribuir para o fortalecimento da vida comunitária ao redor das lojas, mobilizando colaboradores, clientes e sociedade como um todo para a ação solidária

Energy and Environmental Design) para a unidade Pão de Açúcar Indaiatuba, que figura como o primeiro e único supermercado da América Latina com a aprovação da United States Green Building Council (USGBC), ONG de grande reconhecimento para certificação ambiental de edificações.

Além das unidades sustentáveis, a empresa avança nos projetos para estimular a sustentabilidade do consumo perante seus clientes e comunidades. É o caso, por exemplo, das ações de incentivo ao comércio solidário, a utilização das sacolas retornáveis e as estações de reciclagem. “Para promoção da qualidade de vida e desenvolvimento social são realizadas atividades pelo Instituto Grupo Pão de Açúcar, pelo programa Caras do Brasil e pela Nata, recém-inaugurada escola de ensino médio profissionalizante, feita em parceria com o governo do Estado do Rio de Janeiro”, conta o executivo.

Projetos em andamento

- **Sacolas plásticas:** Pioneiro em programas de estímulo ao uso consciente de embalagens, o GPA desenvolve alternativas práticas e cotidianas ao uso das sacolas plásticas em todas as suas lojas. Com foco no conceito dos 3Rs (reduzir, reusar e reciclar), a empresa oferece soluções como embalagens retornáveis e estações de arrecadação de resíduos.

Como resultado dessas ações, a empresa registra mais de 2.460 milhões de unidades de sacolas retornáveis comercializadas em suas redes de super e hipermercados, sendo 54% desse total no ano de 2009. Em 2010 já são quase 800 mil unidades.

“O GPA foi o primeiro a destacar a importância de atuar de maneira pragmática em relação à sustentabilidade no varejo. Há um forte trabalho na busca por alternativas viáveis e valorizadas por nossos clientes, e o resultado disso é que, hoje, todos os super e hipermercados estão envolvidos com a causa”, conta o executivo.

Além do estímulo ao uso de sacolas retornáveis, desde fevereiro de 2009 as lojas da rede Pão de Açúcar contam com sacolas plásticas mais resistentes, que suportam 6 quilos de produtos. “Na prática, isso significa que o consumidor poderá colocar em uma única sacola duas garrafas de 2 litros ou um pacote de cinco quilos de arroz, ao invés de utilizar duas ou mais sacolas para transportar essa mesma quantidade de produtos. Em relação a 2008, o programa gerou em 2009 uma redução de 26% e mais 6,5% em 2010, se comparado ao mesmo período do ano passado”, destaca.

- **Ações de incentivo:** Para incentivar o uso das sacolas retornáveis, o programa de relacionamento Pão de Açúcar Mais criou em março de 2009 uma promoção que beneficia com pontos aqueles que utilizarem sacolas retornáveis em suas compras. A ação já contabilizou mais de 5.500 milhões de pontos desde seu início, o que significa que mais de 3.620 milhões de sacolas plásticas deixaram de ser usadas pelos clientes Mais. Só em 2010, mais de 3 milhões de pontos já foram distribuídos, o que representou redução de 1,2 milhões de sacolas plásticas.
- **Estações de reciclagem:** Complementando o ciclo de consumo consciente, as sacolas podem ser reutilizadas e também recicladas. “Basta entregar os plásticos em qualquer uma das 110 Estações de Reciclagem Pão de Açúcar Unilever, nas 78 estações Extra H2OH! ou nas 10 estações do CompreBem espalhadas por todo o Brasil”, orienta Bethlem. Desde 2001, o programa já arrecadou mais de 38 mil toneladas de materiais recicláveis. Em 2009 foram inauguradas 11 novas Estações de Reciclagem Pão de Açúcar Unilever. No último ano, foram arrecadadas mais de 7 mil toneladas, doadas para cooperativas de reciclagem, promovendo a inclusão social e a geração de renda. Também foram coletados mais de 450 mil litros de óleo de cozinha usados, destinados à produção de biocombustível.
- **Caixa Verde:** Lançado em março de 2008, o Caixa Verde, programa de reciclagem pré-consumo do GPA, já arrecadou mais de 780 mil embalagens (papel, plástico, latas de alumínio e vidros) até junho de 2010, sendo mais de 400 mil no primeiro semestre do ano passado. “No início, o programa estava presente em apenas seis lojas. Hoje, é possível encontrá-lo em 52 lojas do grupo”, lembra o executivo. “Com a adesão dos clientes que passam a depositar as embalagens em urnas instaladas nos caixas das lojas, a ação visa multiplicar os conceitos de consumo consciente junto aos seus clientes e a toda comunidade”. O descarte pré-consumo possibilita que a reciclagem seja feita antes do consumidor levar o papel ou plástico que embala as mercadorias para casa, ou seja, em vez de levar a pasta de dentes e sua respectiva caixinha, o cliente carrega só o tubo e já descarta a embalagem para reciclagem no ato da compra.
- **Nata:** No âmbito social, o Grupo Pão de Açúcar, em parceria com o governo do Estado do Rio de Janeiro, inaugurou o Núcleo Avançado em Tecnologia de Alimentos (Nata). O objetivo é formar técnicos em

Empresa do GPA Sacolas retornáveis**Unidades comercializadas Valor**

- Oito modelos (ráfia sintética, algodão e PET)
- Modelo em PET em parceria com a SOS Mata Atlântica

840 mil unidades A partir de R\$ 1,99



- Quatro modelos (algodão e PET)
- Modelo em PET com renda revertida para a Casa Hope

475 mil unidades A partir de R\$ 1,99



- Modelos em PET

910 mil unidades A partir de R\$ 1,49



- Venda de sacolinhas plásticas – redução de 25 toneladas para 13 toneladas e arrecadação de R\$ 719 mil, revertidos para 11 entidades sociais
- Sacola de TNT
- Sacola de lona

R\$ 0,12 a unidade

R\$ 3,90

R\$ 7,90

leite e derivados, panificação, embutidos e manipulação de vegetais para que, no futuro, possam ser absorvidos pelo GPA, indústrias e cooperativas.

- **Caras do Brasil:** Lançado em 2002, a proposta do Caras do Brasil é incentivar a produção e comercialização de produtos de manejo sustentável, promover o crescimento econômico com a premissa de gerar renda às populações menos favorecidas e estimular o consumo consciente”, explica o vice-presidente executivo do Grupo.

Hoje, o programa conta com 55 comunidades de várias regiões do país e beneficia cerca de 40 mil pessoas anualmente. O portfólio de produtos inclui mais de 175 itens entre alimentos e artesanato, cestarias, panos de prato, jogos americanos, doces e geleias, peças de decoração, têxteis, utensílios domésticos, velas aromáticas, produtos de higiene que utilizam matéria-prima tipicamente brasileira, entre outros.


- **Programa de Música:** O GPA conta ainda com o Programa de Música, desenvolvido pelo Instituto Grupo Pão de Açúcar, que visa à promoção do desenvolvimento humano por meio do ensino de música. Participam crianças e jovens de 10 a 18 anos, totalizando 10 mil participantes desde sua fundação, em 1998. Em 2010, a Orquestra participou de apresentações importantes, como o IX Encontro Internacional de Orquestras Juvenis e a turnê de 20 dias pelos Estados Unidos, que contou com uma apresentação no Walt Disney World, em Orlando, no Dia das Crianças.

Desenvolvimento social

Todas as iniciativas têm o propósito de contribuir para o fortalecimento da vida comunitária ao redor das lojas, mobilizando colaboradores, clientes e sociedade como um todo para a ação solidária. Programas educacionais, campanhas de arrecadação de agasalho e de vacinação, ações voluntárias e apoio a instituições sociais são algumas das ações promovidas ao longo do ano, sempre com a finalidade de fazer a diferença nas comunidades em que atua.

“A companhia promove, no dia-a-dia de suas atividades e em toda sua cadeia de valores, práticas e comportamentos que refletem um modelo de negócios capaz de alavancar o desenvolvimento econômico das comunidades nas quais está localizada, considerando os aspectos humanos, sociais e ambientais”, ressalta Bethlehem.

Conquistas

Entre as principais conquistas do Grupo Pão de Açúcar no âmbito socioambiental, Bethlehem destaca a criação do comitê de Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de intensificar a relação entre os negócios da companhia e os aspectos de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade socioambiental. “Embora os resultados obtidos tenham sido bastante expressivos e motivadores, ainda falta muito a realizar. A começar pelo fortalecimento dos princípios e ideias da sustentabilidade em nosso dia-a-dia”, conclui. 

Afinal, o que são ne

Há ainda muitas dúvidas sobre o desenvolvimento de práticas relacionadas a negócios inclusivos – até em relação ao próprio tema. Quais públicos-alvo estão envolvidos? Como conduzir, de forma efetiva, a integração de ações entre governos, comunidades, sociedade civil organizada e empresas? Como o investimento social em negócios inclusivos pode colaborar para o desenvolvimento das cidades? Isso gera vantagem para as empresas?

Como compreendê-los?

De acordo com o conceito abordado no Congresso Internacional de Cidadania Empresarial – Práticas e Inovações sobre Negócios Inclusivos, negócios inclusivos (NI) são iniciativas economicamente rentáveis, além de ambiental e socialmente responsáveis. Utilizam os mecanismos do mercado para melhorar a qualidade de vida de pessoas com maior vulnerabilidade social, ao permitir sua participação na cadeia de valor como fornecedores de

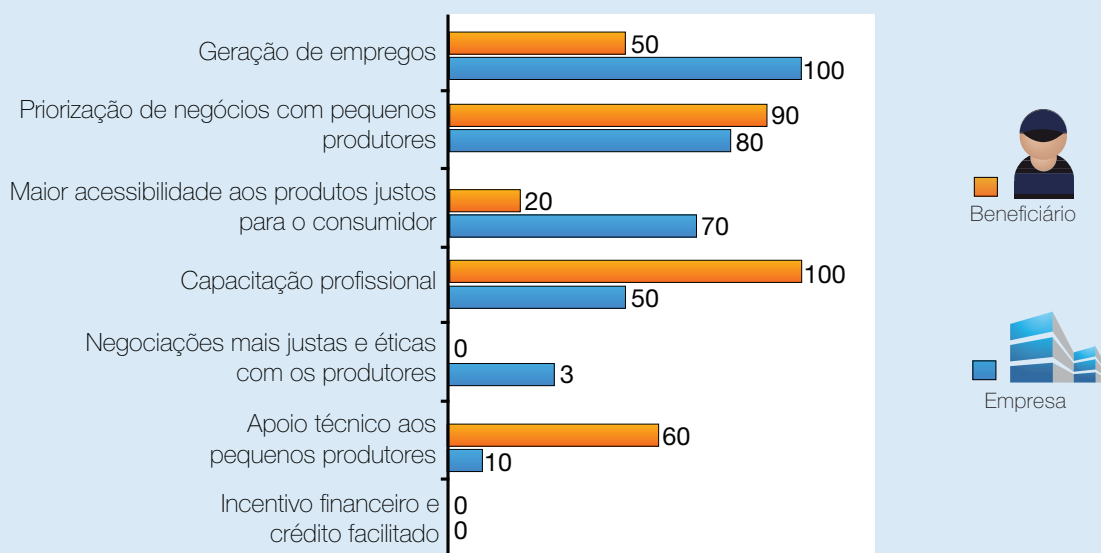
matéria-prima, agentes que agregam valor a bens ou serviços ou distribuidores de bens ou serviços, além de prover o acesso a serviços básicos essenciais de melhor qualidade ou a menor preço e a produtos ou serviços que lhes proporcionem oportunidades de fazer negócios.

Em mais uma parceria entre o Instituto de Pesquisa de Mercado e Opinião Market Analysis e Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), foi realizado o estudo *Rede de mercados inclusivos: dos beneficiados às grandes empresas*, que aborda temas como: relevância dos negócios inclusivos e prioridades de ação, expectativas e desempenho das grandes empresas em NIs, a experiência de ser um beneficiado e os desafios e oportunidades do engajamento nos negócios inclusivos.

Quem são os públicos-alvo?

O estudo foi realizado com dois públicos distintos: representantes de organizações beneficiadas por iniciativas

Expectativas de ações corporativas em prol dos NIs (%)



Públicos-alvo:

Beneficiários – amostra de 40 entrevistas realizadas via telefone entre 22 de outubro a 04 de novembro de 2010.

Empresas – amostra de 41 entrevistas realizadas por telefone e online entre 19 de outubro e 11 de novembro de 2010.

gócios inclusivos?


inclusivas; e representantes de grandes corporações alinhadas com a sustentabilidade e em diferentes estágios de atuação com relação às iniciativas de negócios voltadas para a população de baixa renda.

A pesquisa constatou alguns dados interessantes. O quesito desempenho empresarial em mercados inclusivos, por exemplo, gera opiniões conflitantes: apenas 18% dos beneficiados avaliam que as corporações em geral possuem programas, enquanto 73% dos empresários afirmam que suas empresas já praticam negócios inclusivos. Coerentes com essas visões contrastantes são as entidades governamentais ou instituições como o Sebrae, que surgem entre os beneficiados como principais organizações de referência no apoio aos negócios inclusivos – as grandes empresas acompanham a distância.

A falta de organização empresarial é o maior obstáculo no desenvolvimento de NIs para ambos os públicos,

atingindo 76 pontos no índice de intensidade para empresas e 67 pontos para os beneficiados.

Beneficiados e gestores de grandes empresas coincidem na necessidade de um papel mais incentivador por parte do governo. Além disso, os beneficiados entendem que o principal desafio será gerar valor dos produtos provenientes de mercados inclusivos para o próprio consumidor, enquanto os gestores identificam como principal tarefa conquistar uma melhor compreensão do valor dos NIs entre investidores e acionistas.

Ao falar das ações de negócios inclusivos, a maior parcela dos empresários (46%) se refere a iniciativas de capacitação profissional, – e, de fato entre as empresas engajadas na questão, é esse tipo de foco que predomina. Por outro lado, a capacitação profissional faz parte das expectativas de apenas 14% dos beneficiários. A primeira expectativa de atuação corporativa para os últimos tem a ver com a geração de empregos. 

Ficha técnica:

Estudo *Rede de mercados inclusivos: dos beneficiados às grandes empresas*, elaborado em parceria entre a Market Analysis e o CEBDS.

Ranking de empresas apoiadoras



Obs: são citadas com uma menção cada: Bunge, Caixa Econômica Federal, Cáritas, Centroflora, IEDHMA, Igreja, Ministério do Desenvolvimento Agrário, ONG Terra Azul, ONG Visão Mundial, Slow Food Brasil, Toledo do Brasil, Triunfo, Unicorto, Unitrabalho e Univale.



Brasil é o quinto país em construção sustentável

Foram suficientes 23 selos verdes emitidos pelo Green Building Council Brasil para deixar o país como o quinto no mundo em construções sustentáveis. A lista de certificados brasileiros inclui o Centro de Cultura Max Feffer, o Ecopatio Bracor Imigrantes e o Building the Future, da Boehringer Ingelheim. O ranking, produzido pela Liderança em Energia e Design Ambiental (Leed), contabilizou o número de certificações com selo verde para construções sustentáveis em 2010 como forma de premiação para os países mais bem colocados. O Brasil ficou atrás apenas dos Estados Unidos, Emirados Árabes, Canadá e China.

www.gbcbrazil.org.br

Estudo traça panorama do voluntariado corporativo no mundo

Segundo pesquisa realizada pela Associação Internacional de Esforços Voluntários, as empresas globais relataram uma renovação na disposição dos empregados para atuarem como voluntários. Capacidade de organização e gerenciamento de projetos são algumas das aptidões que estão saindo do escritório e invadindo os centros de voluntariado. O documento também reforça que não existe uma “melhor prática” para a atividade. As decisões sobre a natureza e o escopo do trabalho voluntário dependem de critérios como cultura local, prioridades, recursos, natureza do quadro de funcionários e realidade das comunidades atendidas.

www.clicrbs.com.br

Usuários de redes de relacionamento têm mais interesse em projetos sociais

Dados divulgados pelo instituto Pew informam que os usuários de sites de relacionamento são pessoas mais engajadas em organizações sociais e trabalhos voluntários. A pesquisa, realizada nos Estados Unidos, aponta o engajamento de 80% dos adultos que navegam na web contra 56% dos pesquisados que não participam de redes sociais. Quando o estudo mensura apenas a participação de usuários americanos no Twitter, a porcentagem de pessoas que integram projetos sociais cresce para 85%. Com esses dados, a pesquisa chegou à conclusão de que a internet tem um papel fundamental na relação entre colaboradores e grupos sociais, religiosos e cívicos.

www.pewinternet.org

Radar

Ecologia – Vida ou Morte?

A obra *Ecologia - Vida ou Morte?* (80 págs., R\$ 10) conta com mais de 30 artigos sobre o tema e aborda, entre vários aspectos, os impactos que a Terra vem sofrendo ao longo dos anos em decorrência da falta de ética do homem ao lidar com as questões ambientais. Para introduzir o leitor, o teólogo J.B. Libanio inicia suas reflexões de forma cronológica, abordando o processo evolutivo do ser humano, o início da revolução industrial e as mudanças trazidas pela sociedade industrial avançada. A publicação também aborda a espiritualidade ecológica, destacando a figura de São Francisco de Assis, padroeiro da ecologia, e seu famoso “Cântico das criaturas”.

www.paulus.com.br



Simplemente diferente

Simplemente diferente (44 págs., R\$ 40) é o primeiro livro infantil brasileiro com audiodescrição. A obra vem acompanhada de um CD com a narrativa dos textos e descrições detalhadas de personagens e ilustrações. A coletânea reúne sete histórias rimadas, que mostram formas interessantes de ver o mundo de algumas pessoas com deficiência. O objetivo é mostrar as potencialidades dessas pessoas e combater o preconceito que enfrentam. “Queremos mostrar às crianças que as pessoas com deficiência têm o seu espaço”, declara a autora e jornalista Mônica Picavêa. Parte da renda obtida com as vendas do livro será revertida para projetos sociais da Fundação Stickel.

www.colecaoportfoliobrasil.com.br



Investimento social na idade média

Investimento social na idade média – Discurso e Imagem da Iniciativa Privada na Imprensa Brasileira (52 págs., R\$ 20) é um estudo qualitativo sobre como os veículos de comunicação interpretam e retratam as ações sociais da iniciativa privada no Brasil. Três razões motivaram o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife) e a Agência das Notícias dos Direitos da Infância (Andi) a realizarem esse estudo: o espaço que o tema vem ganhando na cobertura diária, a missão do Gife de disseminar a prática do uso de recursos privados para fins públicos, e a missão da Andi em contribuir para a construção de uma cultura jornalística em defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

www.gife.org.br



Gestão Social, Estratégias e Parcerias

Gestão Social, Estratégias e Parcerias (321 págs., R\$ 72,90) traz a temática do Terceiro Setor com profundidade conceitual e abordagem totalmente original. Cada capítulo faz um interessante contraponto entre determinada categoria de intervenção social e um personagem do folclore nacional, estabelecendo associações que tornam a leitura rica e agradável. Completo, traz casos, questões e exercícios divididos entre os temas do cooperativismo, empresa-cidadã, filantropia empresarial, parcerias sociais, capital humano, redes sociais, marketing social, compromisso social, trabalho multidimensional e empreendedorismo estratégico para o Terceiro Setor. Uma obra tão dinâmica quanto os temas em questão.

www.editorasaraiva.com.br



Produtos sustentáveis para animais de estimação

A empresa brasileira Ecobichos criou três linhas de produtos para cães e gatos que utilizam matérias-primas recicláveis e renováveis. São casinhas e caixas de transporte feitas a partir de papelão, certificadas pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC). No fim da vida útil, os produtos podem ser reciclados ou biodegradados. O uso desse material é positivo, principalmente, por ser reaproveitado pelas cooperativas de reciclagem de papel. Segundo o Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), em 2008 cerca de 80% de todo o papelão utilizado no Brasil foi reciclado. O número supera em mais de quatro vezes o total de lixo reciclado no país no mesmo ano – apenas 13%.

 www.ecobichos.net



Um quiz que alimenta pessoas famintas em todo mundo

Para cada resposta certa, dez grãos de arroz aos subnutridos. Essa é a proposta do *FreeRice*, um quiz on-line do Programa Alimentar Mundial (PAM), da Organização das Nações Unidas (ONU). O jogo (somente em inglês) é totalmente gratuito. Para participar, basta acessar o site e começar a responder às perguntas. Há questões de Matemática, Química, Gramática e História da Arte. Quem paga pelos grãos de arroz conquistados pelos internautas são os patrocinadores do quiz, que estão devidamente anunciados no site do jogo. Até agora, mais de 85 bilhões de grãos foram doados para pessoas subnutridas.

 www.freerice.com

Sudeste concentra 90% do investimento social privado

O Sudeste é a região do país que concentra mais investimentos privados em ações sociais. Dos 102 associados ao Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife), 90% desenvolvem projetos na região. A informação é do Censo 2009-2010, mapeamento biennial sobre programas sociais dos empresários associados ao grupo. O destaque ficou para o Estado de São Paulo, que recebe investimentos de 84% dos associados. De acordo com o censo, “o investimento social privado brasileiro tende a se concentrar em regiões que geram maior riqueza econômica”. A menor presença de investimentos está no Centro-Oeste e Norte do país, com 48% e 41% das ações dos empresários.

 www.gife.org.br

Rede Ambiente

O site Rede Ambiente é um projeto de comunicação que visa disseminar a cultura ambiental e o conceito de sustentabilidade, além de aprimorar experiências educacionais, acadêmicas e de pesquisa, enfocando a biodiversidade brasileira e as interações do homem com o meio ambiente. O portal é resultado de uma expedição de mais de três meses, realizada com patrocínio da Petrobras, para explorar diversos projetos ambientais espalhados pelo Brasil. O Rede Ambiente é dividido nas seguintes categorias: biodiversidade, educação ambiental, água e clima, sustentabilidade, o homem e a natureza.

 www.redeambiente.org.br

Google Art Project

Uma cerimônia na galeria Tate, em Londres, marcou o lançamento de um novo site do Google: o Google Art Project. Trata-se de uma iniciativa que disponibiliza imagens em altíssima resolução de mais de mil obras expostas nos principais museus do mundo. Os visitantes do portal podem explorar as galerias de uma maneira semelhante à forma como são visualizadas as ruas no já conhecido Google Street View. Também está disponível um painel de informações no qual é possível consultar mais detalhes sobre a obra de arte, procurar outros trabalhos do artista ou, ainda, acessar vídeos relacionados no YouTube. Até o momento são 17 museus incluídos no projeto.

 www.googleartproject.com

MDG Pledges

Um projeto que incentiva pessoas e empresas a fazerem promessas em prol dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) acaba de ganhar apoio da ONU. Trata-se do MDG Pledges, que nasceu como uma iniciativa de jovens líderes no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, e ampliou sua abrangência, tornando-se um site em que qualquer um pode firmar seu compromisso para ajudar o mundo a atingir uma série de metas socioeconômicas até 2015. Após serem registradas, as promessas são compartilhadas com outros leitores do site e, se o internauta quiser, também divulgadas nas redes sociais.

 www.mdgpledges.org

O Tao do Consumo

Criado pela jornalista Fernanda Medeiros e pela tradutora Fabiana Dupont, o site O Tao do Consumo é um espaço voltado para o consumo consciente, sobretudo no que se refere às embalagens dos produtos que utilizamos no dia a dia. Partindo da reflexão ‘Você é o que você come, na embalagem que você consome’, as autoras comentam o quanto a mídia se preocupa em informar sobre alimentos saudáveis sem, no entanto, se preocupar com as embalagens em que são servidos ou comercializados. O portal disponibiliza estudos sobre o tema, além de publicar seus resultados em português. O internauta ainda tem acesso às novas leis e às principais iniciativas sobre o assunto em diversos países.

 www.otaodoconsumo.com.br

Maio

Dia	Evento	Local	Realização	Info
2 e 3	Jogos e Dinâmicas para educadores e multiplicadores sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
5 e 6	Formação de Conselheiros Tutelares	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11)2281-9643
5 e 6	2º Fórum Nacional Gestão Estratégica no setor público	Brasília/DF	Conexões Educação Empresarial	www.conexoes.com.br
9	Elaboração de Projetos e Captação de Recursos - Curso Intensivo Itinerante	Belo Horizonte/MG	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
10	Portal de Convênios Siconv – Curso Intensivo Itinerante	Belo Horizonte/MG	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
12	Redação de Projetos para apresentação no Siconv	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
13 a 15	Liderança para Gestores Sociais: Desenvolvendo sua liderança por meio de suas emoções	Atibaia/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
16 a 20	Imersão Contábil para o Terceiro Setor	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
19	Controladoria e Planejamento para a administração financeira de projetos sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
23	Captação de Recursos para o Terceiro Setor – Curso Intensivo Itinerante	Recife/PE	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
24	Comunicação e Marketing de Organizações Sociais – Curso Intensivo Itinerante	Recife/PE	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
26	Contabilidade e Gestão de Igrejas e Organizações religiosas	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

*Mais de 40 anos
de exclusivo
compromisso com as
entidades do 3º setor*

www.sergiomonello.com.br

Junho

Dia	Evento	Local	Realização	Info
2	Recursos internacionais e oportunidades para projetos sociais brasileiros	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
16	Como montar um Departamento de Mobilização de Recursos (versão 2011)	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
17	Como potencializar a Mobilização de Recursos de sua entidade (nível avançado)	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
21	Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Julho

Dia	Evento	Local	Realização	Info
4 a 8	Oficina: Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
11 a 15	Imersão em Captação e Mobilização de Recursos - 7ª Turma	Atibaia/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
11 a 15	Oficina prática em Siconv: Sistema de gestão de convênios e repasse de recursos do Governo Federal	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
26 a 28	Fibops	São Paulo/SP	Instituto Mais	www.fibops.com.br

Agosto

Dia	Evento	Local	Realização	Info
15 a 18	Festival Latino-Americano de Captação de Recursos 2011	Indaiatuba/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

São Paulo/SP
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655
1º e 2º andar
Perdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF
Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O,
sala 611 – CEP 70340-000

(11) 3872.1195



Expedições em busca dos



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Em 2007, cinco anos após a fundação do Canto Cidadão, começamos a aceitar e procurar oportunidades de presença em situações de desastres naturais. A partir de então, algumas expedições sociais foram realizadas, confirmando a suspeita inicial: a alegria pode contribuir para a organização do caos; ou, nas palavras da mineira Adélia Prado, “pode com a tristeza quem não perdeu a alegria”.

Antes de mais informações sobre essas iniciativas, em especial a última realizada em fevereiro de 2011, bate o desejo de agradecer, pelo reconhecimento compreensivo, a tantas e tantos que nos permitiram descobrir a coragem e habilidades necessárias para visitar ambientes atingidos por desastres, entregando o melhor que possa ser oferecido sem causar danos a visitantes e visitados. O Canto Cidadão e seus voluntários são gratos aos milhões de pacientes de hospitais públicos e asilos já visitados em todo o Brasil e outros países, em especial na região da Grande São Paulo. Pessoas que, embora na maior parte das vezes castigadas pela incompetência e descaso estruturais, ainda assim aprovam a aposta da realização de bons encontros como forma de recuperação física e emocional.

Este novo ano, que avança velozmente, começou com chuvas intensas. Nenhuma surpresa em um país tropical. O que vem se alterando ao longo dos verões é a localidade que sucumbe mais tragicamente ao imenso volume de água que desce. Em 2010, São Luiz do Paraitinga-SP ficou submersa, e lá estivemos com um grupo de 30 voluntários. Além de circular por toda a cidade, escolas, hospital, igreja, obras etc, dialogando, abraçando, brincando, fazendo apresentações teatrais e valorizando o esforço de moradores e voluntários, identificamos uma oportunidade adicional de contribuição: as duas bibliotecas da cidade tinham sido destruídas, tanto em relação às suas estruturas físicas quanto aos seus acervos. Dois meses depois, após uma campanha de sensibilização e arrecadação, doamos oito mil livros à cidade.

Um ano depois, foi a vez da região serrana do Rio de Janeiro enfrentar momentos desafiadores. Ficaram registradas inúmeras imagens de intensos duelos entre vida e morte, com uma linha muito sensível separando ambas. Decidimos fazer mais uma expedição social, motivados e apoiados pelos voluntários e parceiros da organização e pelos amigos do Viva Rio, instituição que assumiu importantes tarefas no momento pós-tragédia. As



bons encontros

idades escolhidas para as visitas foram Nova Friburgo-RJ e Teresópolis-RJ, duas das mais castigadas. Entre 18 e 20 de fevereiro, um grupo de 35 doutores cidadãos (palhaços hospitalares) e encantadores (brinquedistas hospitalares) embarcaram. Na bagagem: ansiedade e dúvidas. Mas não só: também havia esperança, desejo de ajudar e mais de três mil brinquedos novos e em bom estado a serem distribuídos.


Se o nobre editor desta revista permitisse, o colunista teria assunto para preencher todas as páginas de uma edição, tantos foram os fatos, depoimentos, sensações e imagens observadas, ouvidas, sentidas e registradas durante aqueles dias. Mas como há de se manter espaço para tantas outras matérias importantes, exercitaremos o fugidío e arisco poder de síntese.

Nas expedições sociais realizadas nos últimos anos, percebemos um punhado de coisas. Algumas delas gritam escandalosa e recorrentemente, sendo ouvidas durante as tragédias e talvez por algumas semanas adicionais, mas esquecidas logo a seguir:

Os grandes momentos da viagem estiveram conectados uns aos outros por uma única premissa: gente organizada e motivada em busca de bons encontros

a força implacável da natureza e o descaso de tantos governantes e populações frente aos riscos iminentes. Mas para além da usual tendência de privilegiar as sombras de

um fato, vamos às luzes. Todos os grandes momentos da viagem à região serrana estiveram conectados uns aos outros por uma única premissa: gente organizada e motivada em busca de bons encontros. Cada visita feita (abrigos, orfanato, hospital e comunidades) foi bem-sucedida em razão do imenso desejo de usar a arte a serviço da vida, que nitidamente pulsa mais vibrante em meio aos encontros positivos. Por arte entendemos além do que é feito em espaços tradicionalmente reservados à promoção cultural. Abraçamos, motivados pela comprovação prática, o que Stella Adler apresenta em um de seus pensamentos: “a vida bate e estraçalha a alma da gente, e a arte nos lembra que temos uma”. Ao final de cada missão, batem

mais forte ainda o saber e o sabor quase indizíveis das possibilidades que moram dentro das práticas que unem ética, talento e acolhimento animado. 

Fotos: Canto Cidadão visita região serrana do Rio de Janeiro distribuindo livros, brinquedos e sorrisos

P.s. 1: Este texto foi escrito na primeira pessoa do plural. Afinal, o “nós” vem sendo a chave capaz de abrir as portas daquilo que o “eu” sonha.

P.s. 2: Beijos e sorrisos agradecidos e emocionados a todos que fizeram parte da expedição do Canto Cidadão e de tantas outras que deixaram e ainda deixam contribuições inestimáveis à região serrana do Rio de Janeiro.

P.s. 3: O clipe oficial da viagem pode ser visto no endereço www.cantocidadao.org.br/videos/regiao-serrana



*As peças apresentadas são da Associação Agropecuária e Artesanal do município de Abaré - Florimel, entidade participante da cooperativa.
Contatos: jersonabare@hotmail.com – (75) 3215-1243

Cooperafis

A Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão (Cooperafis) atua na região sisaleira da Bahia, nos municípios de Valente, Araci e São Domingos, a cerca de 250 quilômetros da capital. É uma região marcada pela seca, e jovens e mulheres são os que mais sofrem com o desemprego. A criação da cooperativa foi uma alternativa de geração de emprego e renda. O trabalho compartilhado vai desde a retirada das fibras de sisal e caroá, da caatinga, até o desfibramento e coloração feitos manualmente, utilizando pigmentos naturais extraídos na região. A autogestão e a produção diferenciada e qualificada são pontos fortes desse empreendimento de elevado cunho social, capaz de fortalecer as relações de parceria entre as 122 artesãs que fazem parte da cooperativa. O aumento do capital de giro, a ampliação das parcerias e a garantia de renda fixa para cada uma de suas empreendedoras são algumas de suas metas futuras.

 fibrasdosertao@sertao.net

 (75) 3263-2606

Fundação SOS Mata Atlântica

A Fundação SOS Mata Atlântica é uma organização não-governamental. Foi criada em 1986 e tem como missão promover a conservação da diversidade biológica e cultural do bioma mata atlântica e ecossistemas sob sua influência, estimulando ações para o desenvolvimento sustentável, bem como promover a educação e o conhecimento sobre a mata atlântica, mobilizando, capacitando e estimulando o exercício da cidadania socioambiental. Ao adquirir os produtos da fundação, os recursos serão destinados à conservação da mata atlântica.

 www.sosma.org.br



- * Aumento de qualidade nas soluções e serviços de TI
- * Atendimento e suporte técnico profissional para sua equipe
- * Documentação e gerenciamento do seu ambiente de TI
- * Inovação tecnológica e equipe de especialistas dentro da sua organização
- * Consultoria de TI para apoiar suas decisões estratégicas de negócio
- * Redução dos custos globais com TI

:: CORPORATIVO :: EDUCACIONAL :: GOVERNO ::

SEGURANÇA

SONICWALL

FIREWALL

Bloqueios de acesso
VPN
Acesso remoto



ANTIVIRUS

Condições especiais
para Educacional

Gerenciamento central
Proteção de e-mail
Relatórios

QNAP

CFTV IP

Câmeras IP
Imagens remotas
Gravação de imagens
Alarmes de movimento

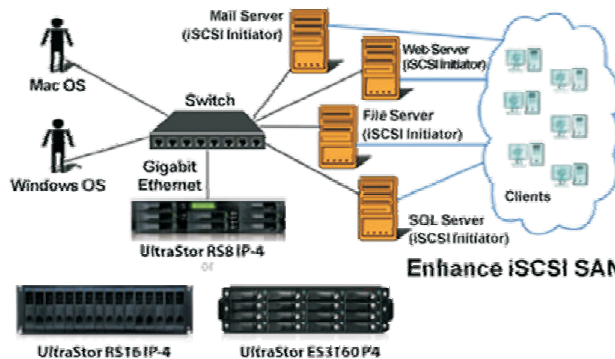


ARMAZENAMENTO DE DADOS

QNAP



ENHANCE
TECHNOLOGY, INC.
Where Storage Begins



www.infosw.com.br - contato@infosw.com.br - (11) 5012-7475

Outras Soluções

:: Service Desk :: Voip :: Cabeamento de rede :: Data Center :: Revenda
:: Gerenciamento de Rede ::

Treinamentos em Gestão Social



São Paulo - SP

12 de maio

Redação de Projetos para apresentação no Siconv

Rosana Pereira, Fernanda Lyra

19 de maio

Controladoria e Planejamento para a administração financeira de projetos sociais

Michel Freller, Lucimar Rocha Ferreira

21 de maio

Curso Extensivo de Formação em Mobilização de Recursos na prática (10 sábados)

Marcelo Estraviz

26 de maio

Contabilidade e Gestão de Igrejas e Organizações religiosas

Marcelo Roberto Monello, Sérgio Roberto Monello

Atibaia - SP

13 a 15 de maio

Liderança para Gestores Sociais: Desenvolvendo sua liderança por meio de suas emoções

Willian Ferraz, Kelly Cristina Soares,

Maria Alice Soares, Sérgio Soares

16 a 20 de maio

Imersão Contábil para o Terceiro Setor

Alexandre Chiaratti, Ivan dos Santos Pinto, Ricardo Roberto Monello

Recife - PE

23 de maio

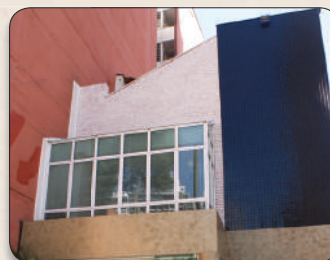
Captação de Recursos para o Terceiro Setor – Curso Intensivo Itinerante

Marcelo Estraviz

24 de maio

Comunicação e Marketing de Organizações Sociais – Curso Intensivo Itinerante

Marcio Zeppelini



Venha conhecer a nova estrutura da Diálogo Social!

Apoio:

REVISTA
filantropia
& gestão social

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2281-9643

dialogo@dialogosocial.com.br

diálogo
social